

Nº 70/71

Fevereiro/Abril

1992

**BOLETIM
INFORMATIVO
DA ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA DOS
RECURSOS HÍDRICOS**

— BIÉNIO 92/93 - Eleição de Novos
Corpos Sociais

— COMO VAI O SANEAMENTO EM
PORTUGAL

Por: Jaime Melo Baptista

(PONTO DE VISTA)

— A HERANÇA DO PASSADO

Por: J. P. Lobo Ferreira

(ACTUAL)

APRH

NESTE NÚMERO

As opiniões emitidas nos artigos assinados nesta publicação são da responsabilidade exclusiva dos seus autores. O editor solicita que lhe seja informada qualquer transcrição, referência ou apreciação das diferentes rubricas do BI.

- EDITORIAL	3	• 400 Bolsas para Intercâmbio de Professores	49
- DIGNO DE NOTA	5	• As Grandes Decisões de Maastricht	50
- BIÊNIO 92/93		• Poluição das Águas Subterrâneas	50
• Eleição dos Novos Corpos Sociais	5	• Ambiente e Fiscalidade	51
- A APRH MÊS A MÊS	6	• Relatório "Europa 2000"	51
- PONTO DE VISTA		• Passaporte Ecológico	52
• Como vai o Saneamento Básico em Portugal ?	7	• CEE e Desenvolvimento Rural	52
- ACTUAL		• Programa Stride	54
• A Herança do Passado	9	• Formalidades e Controlos em Adaptação	54
- RECURSOS HÍDRICOS		- INTERNACIONAL	
LEGISLAÇÃO	12	• Sludge 2000	55
- QUEM É QUEM	13	• Global Climate Change - Conferência Internacional	55
- TRIBUNA LIVRE		• Colorado State University	56
• As Instituições de Âmbito Europeu e a Saúde Ambiental	25	• International Conference on "Sewage Into 2000"	57
- REALIZAÇÕES	31	• "5th International Gottemburg Symposium on Chemical Treatment	57
- CORTES & RECORTES	32	- ACTIVIDADES APRH	
- DIFUSÃO APRH		• "Plano de Actividades para 1992/93"	58
• Avaliação de Impacte Ambiental	36	• Assembleia Geral	59
• Mestrado e Curso de Especialização em Engenharia da Rega e dos Recursos Agrícolas	36	• V SILUBESA	60
• II Encontro Nacional sobre Educação e Ambiente	37	• Debate sobre "Os Quadros Técnicos e a Política do Ambiente"	61
• "EUROCOAST" - Comissão Nacional Portuguesa	38	• Colóquio-Debate sobre "Travessias do Tejo: Que Soluções?"	61
• Mestrado em Planeamento Regional e Urbano	40	- PUBLICAÇÕES	
• Fundação Calouste Gulbenkian	40	- 1º CONGRESSO DA ÁGUA	
• Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento FLAD	40	• Discurso do Engº João Bau	64
• Investigação em Biologia	41	• Discurso do Sr. Ministro do Ambiente e Recursos Naturais	19
• Cooperação Científica e Técnica Portugal/Brasil	41	• Mensagem de Sua Excelência O Presidente da República	23
• Bandeira Azul da Europa Campanha de 92 em Fase de Preparação	42		
• Ecos - 1º Congresso da Água	43		
- LISTA DE NOVOS ASSOCIADOS	48		
- ESPAÇO EUROPEU			
• Comissão Apresenta Programa para 1992	49		
• Comunidade Apoiada Renovação Urbana	49		

BOLETIM INFORMATIVO

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DA APRH
endereço:

Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos
a/c LNEC, Av. do Brasil, 101
1799 LISBOA CODEX
Tel: 848 21 31 ext.: 2428

Distribuição gratuita aos Associados

Editorial

A APRH - Um parceiro indispensável à definição de uma nova política de recursos hídricos

Terminado o 1º Congresso da Água, é altura de fazer um curto balanço da sua realização.

Como sabemos foi concebido não como uma realização isolada, mas sim como uma realização final, que encerrou e sintetizou um ciclo de realizações sobre temas sectoriais e/ou regionais, que tiveram lugar ao longo de dois anos.

A APRH teve a preocupação de organizar estas reuniões preparatórias em colaboração com organizações representativas de utilizadores da água, nomeadamente de industriais e agricultores, com municípios e associações de municípios, com organismos da Administração Central e Regional, com Universidades e Instituições de Investigação e, ainda, com Associações de Defesa do Ambiente.

As reuniões preparatórias do Congresso, em número de 12, tiveram lugar em diferentes pontos do país (Faro, Évora, Lisboa, Cascais, Coimbra, Porto, Braga, Ponta Delgada). Os temas focados foram os mais diversos (a água e a indústria, a água e a agricultura, a hidroelectricidade, a água e a saúde, os impactos ambientais, a gestão da água e a gestão municipal, etc..).

Paralelamente foram organizados 7 painéis, no âmbito do que foi denominado "Ciclo de Intervenção Crítica", e duas reuniões internacionais, co-organizadas pela APRH e pela ABES e pela ABRH, no Brasil.

Cerca de 2700 participantes portugueses intervieram no conjunto destas reuniões preparatórias (a que acrescem cerca de 1200 participantes brasileiros e de outras nacionalidades nas reuniões que decorreram no Brasil).

O 1º Congresso da Água foi pois uma acção de coroamento e de síntese de um vasto programa de actividades (19 reuniões técnicas em Portugal e 2 no Brasil) incidindo sobre temas muito diversificados e envolvendo a participação de sectores muito diversificados da nossa sociedade.

O Congresso teve cerca de 700 participantes provenientes de 6 países (Portugal, Brasil, Espanha, França, Itália e Angola) e, ainda, das DGXI e DGXII da Comunidade Europeia. Dos participantes, cerca de 38% eram da Administração Central e Regional, 21% da Administração Municipal, 25% do Sector Privado, 8% docentes do Ensino Superior, 6% estudantes e 2% de outros sectores.

Foram apresentadas 93 comunicações, foram proferidas 2 conferências convidadas e realizou-se um painel internacional (com a presença de 2 técnicos portugueses, um brasileiro, um espanhol e 2 da Comunidade Europeia).

Não vou apresentar neste texto, em promenor, as conclusões do Congresso.

Desejaria apenas referir-vos que, no decorrer dos trabalhos, se considerou necessário o desenvolvimento das capacidades nacionais, relacionadas com os recursos hídricos e o ambiente, no que respeita, nomeadamente:

- a) à estruturação de um adequado sistema de informação, devendo merecer especial atenção a caracterização das grandes utilizações da água e a caracterização da qualidade da água;
- b) ao fortalecimento do know-how nacional, nomeadamente pelo apoio às actividades de investigação e desenvolvimento, e às empresas de projecto e consultoria;
- c) à valorização dos recursos humanos do sector;

- d) à promoção da informação e da consciencialização dos cidadãos;
- e) à implementação de um quadro legal e institucional que sirva, com eficácia, as necessidades do País.

Das questões-chave abordadas no nosso Congresso referirei duas das mais importantes:

- 1) A temática da modernização da estrutura de gestão dos recursos hídricos, que se defendeu dever ser regionalizada e incentivadora da participação e da responsabilização dos cidadãos e dos utilizadores da água.
- 2) A temática da participação, tendo-se considerado que os municípios, os utilizadores (industriais, agricultores, etc.), as associações, os cidadãos, terão que ser considerados como parceiros privilegiados na definição e na implementação de uma política de ambiente e, portanto, de uma política de recursos hídricos.

Referiria, ainda, que da análise de toda a informação recolhida no Congresso e em todo o ciclo de reuniões preparatórias, e do debate realizado, se pode considerar consensual o reconhecimento da necessidade de uma nova política de recursos hídricos.

Política essa que, obviamente, se não poderá, nem deverá, resumir à apresentação de um conjunto de meras intenções ou de proposições não concretizadas.

De facto, uma nova política de recursos hídricos terá que ser definida no quadro de uma política de desenvolvimento sustentável. O que quer dizer que os objectivos de natureza ambiental têm que ser parte, e parte importante, do conjunto de objectivos de uma política de desenvolvimento nacional (e não algo de lateral ou que sirva de “adorno” a tal política).

Para além da necessidade de definição desses objectivos estratégicos, é necessário passar à definição participada de planos de desenvolvimento de recursos hídricos, que disciplinem e optimizem o uso da água, que é um recurso finito. É necessário, depois, identificar programas e projectos à escala nacional, regional e local. Programas e projectos que deverão, depois, ser prosseguidos por agentes públicos e privados, isoladamente ou em conjunto.

Definidos esses programas e projectos, é preciso depois definir objectivos operacionais, é preciso definir metas e fazer uma calendarização das acções previstas.

E, paralelamente com tudo isso, é necessário pensar na implementação das medidas que vão sendo definidas, o que implica a identificação e disponibilização do recursos necessários (recursos financeiros, recursos humanos, tecnologia).

É a análise de um conjunto de elementos como os referidos que permitirá aferir da validade e da importância de uma nova política da água para o nosso país.

A elevada participação registada no Congresso e no ciclo de reuniões preparatórias (bem como a sua qualidade), a presença do Senhor Ministro do Ambiente na sessão inaugural do Congresso, a mensagem com que o Senhor Presidente da República honrou os congressistas e a APRH, não podem deixar de ser interpretadas pela Associação como um reconhecimento expresso da sua qualidade de parceiro, cuja voz deverá ser ouvida (certamente que juntamente com outras) quando se trata de problemas de recursos hídricos.

A APRH, que se vem assumindo simultaneamente como uma associação científica e técnica e como uma associação de defesa do ambiente, que tem constituído um espaço de intervenção aberto a todos quantos se interessam pelos problemas da água, sai indiscutivelmente deste Congresso mais forte e com uma reforçada capacidade de acção.





Digno de Nota

PASSARAM-NOS UM “TESTEMUNHO”

Dois anos é algum tempo.

Significa sobretudo muito trabalho e esforço de uma equipa que passou pela Direcção da APRH e que, na sua passagem, enriqueceu o projecto da Associação, com o seu contributo pessoal para que os que viessem a seguir tivessem fortes bases em que se apoiar, numa perspectiva de tradição e continuidade.

É a esta equipa, presidida pelo Eng. João Bau, inigualável em competência, trabalho e empenho, que a actual Comissão Directiva da APRH deseja formular a sua gratidão (como um grupo de associados que é) e, felicitar a Comissão agora cessante pelo frutuoso desenvolvimento dado à APRH ao longo do biénio 1990/91.

E essa dedicação de um passado tão recente impele ainda mais, esta Comissão Directiva, a lançar-se à conquista do

futuro, já tão próximo. Recebeu-se o “testemunho” e vai-se prosseguir. Pretende-se chegar mais longe e, tomando como modelo o contributo exemplar da Comissão Directiva, que dirigiu os destinos da APRH nos dois anos que ficaram já para trás, todos podemos consegui-lo. Lancemos mãos á obra. Quanto antes!

– É que há muito que fazer!

Um novo biénio vai começar...

É esta a hora da continuidade. A nossa hora! A responsabilidade é redobrada. O trabalho ENORME que se realizou em dois anos, tem de ter continuidade. E continuidade num projecto vivo, oportuno, significando algo mais do que mera repetição.

BIÉNIO 92/93

ELEIÇÕES DOS NOVOS CORPOS SOCIAIS

Decorreu no dia 12 de Março o acto eleitoral dos novos Órgãos Sociais da APRH (Mesa da Assembleia Geral, Comissão Directiva e Conselho Fiscal), para o Biénio 1992-93.

As listas integram os seguintes membros singulares da APRH:

Assembleia Geral

<i>Presidente -</i>	Eng ^o José Carlos da Costa Miranda
<i>Secretário-</i>	Eng ^o José Carlos da Costa Almeida
<i>Secretário-</i>	Eng ^o Hemetério José Antunes Monteiro

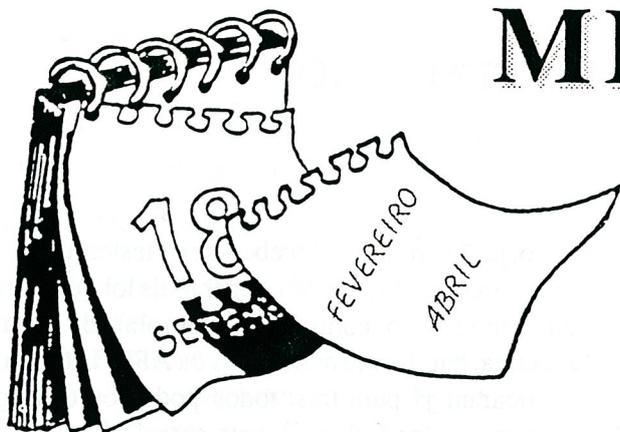
Comissão Directiva

<i>Presidente -</i>	Eng ^o João Paulo de Cárcomo Lobo Ferreira
<i>Vice-presidente -</i>	Eng ^a Maria Luisa de Andrade e Gouveia
<i>Vice-presidente-</i>	Eng ^o Mário Lino Correia
<i>Tesoureiro -</i>	Eng ^o Amílcar Fernando Charula de Melo Rodrigues
<i>Secretário -</i>	Eng ^o António Heleno Cardoso

Conselho Fiscal

<i>Presidente -</i>	Eng ^o João Bau
<i>Relator -</i>	Eng ^o Fernando Mafra Pereira dos Santos
<i>Secretário -</i>	Eng ^o António Amílcar Osório Rebelo da Silva

A APRH MÊS A MÊS ...



FEVEREIRO

- 14 a 15 — “Workshop” ECO 92, realizado pela APRH e pela Câmara Municipal de Lisboa

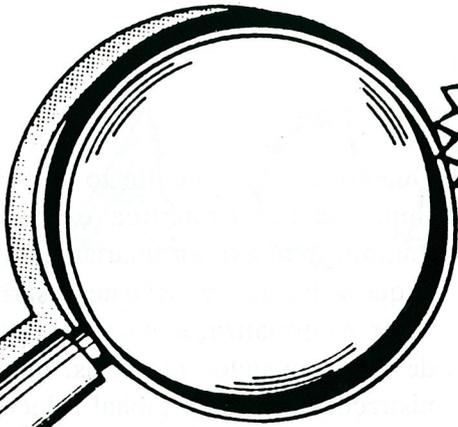
MARÇO

- 9 a 11 — 1º Congresso da Água — “O Estado da Água em Portugal”
- 11 a 14 — V SILUBESA
- 12 — Assembleia Geral
Realização do Acto Eleitoral para eleição dos Órgãos Sociais da APRH para o biénio 1992/93
- 19 — Posse dos membros eleitos da APRH
- 28 — O Partido Socialista e o seu Grupo Parlamentar, chefiado pelo Dr. Jaime Gama, convidaram a APRH a participar numa reunião, em cuja agenda (elaborada pelo deputado José Sócrates, porta-voz do PS para as questões do

ambiente) se propunha a audição das associações de ambiente e especialistas sobre o actual momento da política ambiental em todas as suas componentes, que permitisse fazer um diagnóstico social da questão ambiental e identificasse as mais actuais preocupações. Na reunião, que teve lugar em Lisboa, a APRH fez-se representar pelo seu Presidente - Eng. Lobo Ferreira.

ABRIL

- 9 — A CD decidiu que o seu Presidente, não só integrará a Comissão de Honra do “1º Encontro de Recursos Humanos dos Distribuidores de Água”, a realizar em Cascais a 6 e 7 de Maio, para a qual foi convidado pela APDA, como representará a APRH no painel “Abertura do mercado da água e o seu reflexo nos Recursos Humanos”
- 10 — Realização do Debate sobre “Os Quadros Técnicos e a Política do Ambiente”
- 14 — Colóquio-Debate “Travessias do Tejo: que soluções?”



**PUNTO
DE VISTA**

Jaime Melo Baptista

Engenheiro Civil (UP) e Sanitarista (UNL)
Especialista de Engenharia Sanitária pelo LNEC

COMO VAI O SANEAMENTO BÁSICO EM PORTUGAL?

No início dos anos setenta o nosso país apresentava uma grande carência no sector do saneamento básico, compreendendo o abastecimento de água, a drenagem e o tratamento de águas residuais e a recolha e o destino final dos resíduos sólidos urbanos.

Os níveis de atendimento das populações com estas infraestruturas eram extremamente baixos e constatava-se uma aparente ausência de iniciativa política para melhorar significativamente a situação. Era um sector aparentemente esquecido e de baixa prioridade nacional.

Contudo, durante a última década e meia tem-se vindo a assistir a um crescimento significativo do sector, que corresponde a dois períodos distintos:

- a primeira década, em que motivações essencialmente de ordem política levaram a uma redefinição das prioridades nacionais de investimento, dando um forte e positivo impulso ao saneamento básico;
- os últimos anos, em que motivações essencialmente relativas à integração europeia provocaram um novo e significativo impulso no sector; essas motivações tiveram uma vertente de carácter político, devido ao chocante afastamento da nossa situação relativamente aos nossos parceiros comunitários, e uma segunda vertente muito pragmática, correspondente à canalização de importantes apoios financeiros comunitários para o sector.

Uma questão pertinente neste momento é saber se se estará a garantir um desenvolvimento sustentado do saneamento básico no nosso País, aproveitando adequadamente esta oportunidade única.

Não é óbvio que a resposta seja positiva. Sem pôr em causa os aspectos de crescimento aliás bem visíveis, é razoável pensar que se está longe de fazer o que seria possível no actual contexto excepcionalmente favorável.

E porquê? Porque desenvolver o sector não é apenas construir infraestruturas de saneamento básico privilegiando a rapidez de execução pela necessidade de cumprir calendários! Não é com a reconhecida ausência de uma estratégia nacional no sector, com a multiplicação de iniciativas soltas e desenquadradas e com o quase total esquecimento das exigências de qualidade que se pode atingir uma situação satisfatória no contexto europeu a curto e médio prazo.

Analise-se cada um destes três aspectos:

- Não há planeamento no sector porque se verifica ausência de uma verdadeira política nacional de saneamento básico, e sem essa estratégia nacional claramente definida tudo não passa de um somatório de iniciativas isoladas, que certamente não irão constituir um todo coerente. Que níveis de atendimento se pretendem atingir, quando e de que forma?
- Não há enquadramento no sector porque se continua a resolver cada problema por si, com honrosas excepções, sem uma visão global do conjunto, nomeadamente ao nível da bacia hidrográfica. Onde está a política nacional de recursos hídricos e a integração do saneamento básico nessa política?
- Não há qualidade no sector aos diferentes níveis de intervenção porque esse tipo de preocupação não faz ainda parte do ideário comum do País e porque o mercado nacional é imaturo e pouco exigente, escondido frequentemente por detrás do véu púdico do serviço social.

Este último aspecto da ausência de qualidade, aliás extensível a muitos outros sectores da actividade, verifica-se sem excepção em todos os níveis de intervenção:

- Na concepção dos sistemas porque ela é habitualmente feita sem adequada integração regional com as restantes infraestruturas de saneamento básico e com outros aspectos do ordenamento do território.
- No projecto dos sistemas porque a sua qualidade é muito variável e pouco controlada, tendo por base uma grande indefinição a nível de critérios de selecção de autores e das respectivas qualificações técnicas; a regulamentação de autoria de projectos é antiquada e desadequada e inexplicavelmente não tem sido revista.
- Na construção de sistemas porque, havendo embora capacidade nacional mais do que suficiente, não se exige em geral qualidade. O critério de adjudicação de empreitadas é com frequência exclusivamente o do custo mais baixo, a fiscalização é inadequada ou inexistente, o controlo de qualidade de materiais, equipamentos e processos construtivos não é praticado, os ensaios não se fazem e não se exigem certificações.
- Na operação dos sistemas porque não há escola nem tradição no sector, com escassos recursos humanos preparados para o efeito e com base em conceitos de gestão arcaicos, inadequados e irrealistas.

Outros sintomas existem desta visão redutora dos problemas do saneamento básico, como sejam a importância ou, mais exactamente, a falta de importância dada à investigação e à regulamentação e normalização no sector.

Quanto à investigação, componente reconhecidamente indispensável de qualquer desenvolvimento sustentado, ela é insuficiente, com pequena ligação à prática e tem fortes restrições financeiras. Quanto investe em I&D a administração central e regional? E os municípios, que têm a competência neste sector? Compreenderão o que podem obter da actividade de investigação se forem capazes de investir e de exigir os resultados?

Quanto à regulamentação e à normalização, de importância estratégica evidente e capazes de minimizarem extraordinariamente erros e custos, será que se lhe dá a atenção necessária? Porque tem que viver a normalização nacional neste sector de fontes de financiamentos precárias, não estando as administrações central, regional e local disponíveis para investir nela? Estarão essas administrações atentas ao que se passa na normalização europeia e às suas consequências para o País?

E de quem é a responsabilidade de tudo isto? A resposta habitual, fácil e rápida, é atribuí-la ao poder político. Sem pôr em causa a sua quota parte de responsabilidade, penso que é o sector técnico que tem pacificamente aceite considerar o saneamento básico como uma actividade menor, não sabendo ou sendo capaz de:

- sensibilizar o poder político para a relevância do sector e para a necessidade imperiosa de um adequado enquadramento institucional;
- exigir um elevado nível de qualidade em todos os passos dessa actividade.

Se estes últimos quinze anos foram de crescimento desordenado e por vezes mesmo caótico do saneamento básico em Portugal, é urgente mudar de rumo e garantir o desenvolvimento com qualidade.

Como fazê-lo? Começando por definir um plano estratégico nacional de saneamento básico, tanto quanto possível consensual entre os intervenientes do processo, articulado com o plano nacional de recursos hídricos. Esse plano deverá, com base na situação actual, definir claramente os objectivos a atingir em termos de população a servir, níveis de serviço a prestar, faseamento no tempo e investimentos necessários. O seu desenvolvimento deverá além disso ter em conta toda uma multiplicidade de aspectos imprescindíveis de carácter técnico, financeiro, jurídico e administrativo, relativos a planeamento, concepção, projecto, coordenação, controlo e fiscalização, construção, fornecimento, gestão, exploração e reabilitação de sistemas e ainda a informação de base, investigação regulamentação e normalização associadas.

ACTUAL

A herança do passado

Antes de começar a delinear as principais linhas de acção que gostaria de ver dinamizadas pela nova Comissão Directiva da APRH, no biénio 1992/93, parece-me fundamental debruçar-me sobre a herança do passado recente.

Destaco de entre as acções levadas a cabo pela APRH, de 1990 a 1992, o notável conjunto de realizações técnico-científicas que permitiu caracterizar de uma forma muito clara "O Estado da Água em Portugal", o tema do nosso 1º Congresso da Água. É de inteira justiça prestar uma homenagem pública à CD cessante (biénio 1990/91), aos membros das Comissões Organizadoras dos Encontros e ao Secretariado da APRH pelo trabalho desenvolvido.

Ficámos com um conhecimento mais profundo sobre o que se passa em Portugal no domínio dos Recursos Hídricos. Agora é fundamental que apliquemos as informações e os conhecimentos adquiridos e passemos à acção. Vamos trabalhar activamente, da forma mais construtiva que soubermos e pudermos, para identificar e contribuir para remover os obstáculos ainda existentes e que, em certas áreas, nos impõem um distanciamento significativo em relação à Comunidade Europeia. Refiro-me principalmente ao nível de qualidade dos nossos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. A sua gestão integrada e a sua regularização espacial e temporal são também fundamentais para um melhor aproveitamento da nossa grande riqueza hídrica, no entanto, distribuída irregularmente no espaço e no tempo.

Os obstáculos técnicos e científicos talvez sejam já diminutos. Podemos hoje observar em algumas áreas científicas uma salutar exportação de tecnologia e de metodologias de abordagem de problemas de recursos hídricos de Portugal para o resto da Comunidade. Noutros sectores tal ainda não se verifica. Vejamos alguns exemplos:

a) Ouvimos intervenções de relevo (por exemplo nos Ciclos de Intervenção Crítica da APRH e no 1º Congresso da Água) referentes à carência de uma nova "Lei das Águas" (a nossa futura "constituição" das águas) que se baseie em conceitos científicos actuais (lacuna gritante no que se refere às Águas Subterrâneas), que seja exequível e que seja de facto cumprida em todo o País por todos os agentes económicos.

b) As "Administrações de Recursos Hídricos" dos nossos parceiros comunitários já nasceram, cresceram e evoluíram para situações técnico-jurídicas novas e mais actuais. As nossas tardam a aparecer. A sua ausência e concomitantemente a das suas autonomias técnico-financeiras dificultam o diálogo europeu.

c) Tomámos conhecimento da dinâmica dos nossos parceiros europeus no que se refere à implementação de bases de dados sobre os seus recursos hídricos superficiais e subterrâneos, tanto para a sua caracterização quantitativa como qualitativa, que sejam facilmente acessíveis a utilizadores públicos e privados (por telefone e por via informática). Em Portugal estamos ainda a dar os primeiros passos nesse sentido.

d) A gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos é a palavra chave europeia da década de 90 (cf. deliberações do Seminário Ministerial da CE sobre Águas Subterrâneas, realizado em Haia em Novembro de 1991, aceite como resolução do Conselho de Ministros da CE, em Dezembro de 1991). Em Portugal, nalguns sectores, tal filosofia de base ainda não é a prática corrente.

São apenas quatro exemplos que mostram a distância a percorrer em direcção aos padrões médios comunitários.

Seria completamente descabido, e tal está longe do meu pensamento, depreender-se do exposto que se não deram passos significativos no passado (e nos últimos anos) para se ultrapassar a referida distância. Deram-se seguramente e para tal contribuiu a acção da APRH. Não chega no entanto...

É preciso fomentar o aproveitamento e a gestão racional e integral dos nossos recursos hídricos superficiais e subterrâneos e sobretudo é fundamental acelerar o passo no que se refere à despoluição do nosso meio ambiente (rios, aquíferos, estuários e orla costeira, poluídos por efluentes e resíduos sólidos industriais, por aterros sanitários mal concebidos, por entulho ilegalmente colocado, por fogos florestais criminosos, por pesticidas e fertilizantes utilizados em excesso na agricultura, etc.).

Somos Comunidade. Ao poluir estamos a poluir a Comunidade. As Directivas Comunitárias (e obviamente as Leis nacionais sobre recursos hídricos) devem ser cumpridas por todos os sectores em todo o País, e não só pelos mais conscientes ambientalmente.

Acções a desenvolver

Do anteriormente exposto se depreendem implicitamente as seguintes linhas de acção que penso serem prioritárias:

a) Generalizar o diálogo desenvolvido no passado pela APRH tanto entre os associados como com os nossos interlocutores nacionais. Entenderei interlocutores no seu sentido mais lato: Governo e Oposição, Administrações Central, Regional e Local, Associações de Defesa do Ambiente, Agentes Económicos, etc.

b) Promover reuniões e encontros técnico-científicos onde os nossos associados possam apresentar as suas experiências recentes (académica e de investigação científica, de gestão, de administração, de projecto, etc.) e discutir os problemas de recursos hídricos do País. Organizar-se-ão para esse fim realizações técnico-científicas de média dimensão (dar-se-á nomeadamente

continuidade aos Ciclos de Intervenção Crítica) que permitam a reunião dos associados e de outros técnicos, e acções mais restritas (Ciclos de Conferências sobre Recursos Hídricos) em áreas mais específicas. Pretendemos efectuar o "Ciclo de Conferências sobre Recursos Hídricos" com personalidades de relevo na área dos recursos hídricos, nacionais e estrangeiras, e que essas Conferências tenham uma periodicidade mensal (na última semana de cada mês, por exemplo). Finalizar-se-á o biénio com uma realização de grande dimensão: o 2º Congresso da Água.

c) Pretendemos reorganizar as Comissões Especializadas (criar novas comissões para áreas de interesse actual e eventualmente extinguir as que se tenham revelado inoperantes) de modo a tornar o conjunto, a par com os Nucleos Regionais da APRH, mais activo e interveniente na vida da Associação.

d) Pretendemos enriquecer a biblioteca da APRH com um exemplar de cada Tese de Doutoramento (e se possível de Mestrado) efectuadas em Portugal a partir de agora (e iniciar a recolha de um exemplar das realizadas nos últimos anos).

e) Pretendemos sertambém um interlocutor no domínio dos recursos hídricos a nível internacional, nomeadamente da CE, do Brasil e dos PALOP's. Temos em curso acções que visam possibilitar a realização de um Workshop da CE onde se apresentarão as linhas de acção e de investigação que a DGXII (Investigação) pretende ver desenvolvidas e cofinanciadas durante os próximos anos. Iremos estabelecer contactos com as Embaixadas (através dos seus Adidos Culturais) para a realização de acções comuns na área do Ambiente e dos Recursos Hídricos. Dar-se-ão continuidade aos encontros que alternadamente a APRH tem co-organizado em Portugal e no Brasil com a ABES e com a ABRH.

f) Procuraremos manter o nível científico da revista "Recursos Hídricos" e incentivar a publicação de artigos sobre teses no domínio dos recursos hídricos. Paralelamente efectuar-se-á uma ampla divulgação do Prémio APRH (para teses e trabalhos de investigação).

Conclusão

Estou optimista! Daqui a dois anos ao fazermos um resumo da nossa acção e do "Estado da Água em Portugal", no nosso 2º Congresso, estou certo de estarmos mais ambientalmente orgulhosos de sermos Portugal e Comunidade Europeia.

Lisboa e APRH, 19 de Março de 1992

**Discurso proferido na tomada de posse da CD por J.P. Cárcamo Lobo Ferreira
(Presidente da APRH)**

RECURSOS HÍDRICOS

Legislação

I NACIONAL

- Decreto-Lei nº 8/92 de 22 de Janeiro, D. R. 18, I Série-A

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva nº 89/556/CEE, de 25 de Setembro de 1989, relativa a polícia sanitária.

- Decreto-Lei nº 16/92 de 5 de Fevereiro, D. R. 30, I Série-A

Inclui um representante do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, na Comissão para Análise da Florestação.

Altera igualmente o Decreto - Lei nº 128/88 de 20 de Abril.

- Decreto-Lei nº 13/92, de 20 de Fevereiro, D. R. 4, I Série-A

Aprova, para adesão, o protocolo que emenda a Convenção para a Prevenção da Poluição Marítima lançada por operações de imersão efectuadas por navios e aeronaves.

II COMUNITÁRIA

15.10

15.10.20.20 Protecção e gestão das águas

Directive du Conseil, du 12 décembre 1991, concernant la protection des eaux contre la pollution par les nitrates à partir de sources agricoles (91/676/CEE) J. O. - nº L 375/1 - 8, de 31/12/91

15.10.10 Generalidades e Programas

Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento sobre a "Suspensão dos controlos nas fronteiras".

CEE Com (91) final 1992.01.07

QUEM É QUEM ... →

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo (CCRLVT)

- Tomou posse em Janeiro, a nova vice-presidente da CCRLVT **Dra. Teresa Pais Zambujo**, que assumiu igualmente a direcção do Programa Operacional do Vale do Tejo.
- O Programa Operacional do Oeste, da CCRLVT, passa a ser presidido pela **Dra. Maria Teresa Bengala**.
- O **Arqtº. João Biencard Cruz** preside agora a unidade de gestão do Programa Operacional da Grande Lisboa.

Nova Directoria e Conselho Fiscal da ABRH

A actual Directoria e Conselho Fiscal da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (mandato de 1992/1993) é constituída pelos seguintes membros eleitos:

DIRECTORIA

Paulo Canedo de Magalhães -Presidente

Vice-presidente da SERLA. Professor da COPPE/UFRJ, Engenheiro Civil de Hidráulica e Saneamento pela UFRJ, Mestre em Recursos Hídricos pela COPPE, Doutor em Recursos Hídricos e Meio Ambiente pela Lancaster University, England. Foi vice-presidente da ABRH no Período 1981/1983, e é presidente da RBE (Revista Brasileira de Engenharia) desde 1983.

Carlos Eduardo Morelli Tucci -Vice-presidente

Professor Titular do IPO-UFRGS, Engenheiro Civil, Doutor pela Colorado State University, USA. Foi presidente da ABRH no período 1979/1981. Actualmente é presidente do Comité Editorial da ABRH.

Enéas de Souza Machado -Director

Director de Recursos Hídricos da SUREHMA. Formado em Engenharia Civil pela UFPR, Mestre em Engenharia Hidráulica e Sanitária pela EESC-USP.

Klaudius da Rocha Dib -Director

Engenheiro da ELETROBRÁS, coordenador dos subgrupos de Controle Hidráulico e de Previsão de Vazões do GTHO/SCEN/GCOI.

Formado em Engenharia Civil de Obras Hidráulicas pela EE/UFRJ e Mestre em Engenharia Civil-Recursos Hídricos pela COPPE/UFRJ. É representante regional da ABRH para o Biénio de 1991/1992.

(Continua na pag. 48)

(Continuação da pag. 64)

- 2.1 - Com a iniciativa da criação do "Prémio Água e Progresso", pretendeu-se contribuir para que seja colmatada e gritante necessidade de trabalhos teóricos, de obras de referência, que possam apoiar os agentes de decisão na formulação de novas políticas de gestão dos recursos hídricos.

Como tema para a 1ª edição deste Prémio, e para o qual foi possível garantir um montante de 5 milhões de escudos com o valioso patrocínio da Câmara Municipal de Lisboa, foi escolhido um tema de actualidade indiscutível: o estudo de "Uma Estratégia para o Controlo da Poluição Hídrica em Portugal".

A equipa a quem o prémio foi atribuído fará, durante o Congresso, uma primeira apresentação das linhas orientadoras em que se fundamenta a sua proposta.

- 2.2 - O nosso segundo eixo de actividade, o "Ciclo de Intervenção Crítica" tem vindo a ser constituído por uma série de sessões, cada uma delas subordinada a um tema específico.

Nos painéis que se constituíram em tais sessões foi possível reunir representantes de todos os partidos políticos com representação parlamentar, autarcas, representantes de parceiros sociais (como a CLP e a ALP), gestores, técnicos da Administração Central e Local e do sector privado, investigadores, professores universitários, etc...

No âmbito deste Ciclo tiveram lugar 7 realizações:

- a) Em 2 de Maio de 1990, em Lisboa, "A Proposta de Directiva da CEE relativa ao Tratamento de Águas Residuais Municipais (de 19 de Janeiro de 1990)"
- b) Em 16 de Maio de 1990, em Lisboa, o Debate sobre o Decreto-Lei nº 70/90 (de 2 de Março)"
- c) Em 20 de Junho de 1990, em Lisboa, o "Debate sobre o Decreto-Lei nº 74/90 (de 7 de Março)"
- d) Em 4 de Julho de 1990, em Lisboa, o "Debate sobre o Despacho 28/90 - Plano de Política do Ambiente"
- e) Em 14 de Dezembro de 1990, na Guarda, o "Debate sobre o Projecto MEREC - Gestão Eficiente de Recursos e Energia em Cidades"
- f) Em 20 de Fevereiro de 1991, em Lisboa, "O Mercado da Água em Portugal - Que Parte para a Indústria da Água Nacional?"
- g) Em 8 de Março de 1991, em Lisboa, "Fará Falta uma Política Nacional de Saneamento Básico e de Controlo da Poluição Hídrica?"

- 2.3 - Quanto ao "1º Congresso da Água", o nosso 3º eixo de actividade, foi concebido não como uma realização isolada, mas sim como uma realização final que encerra e sintetiza um ciclo de realizações sobre temas sectoriais e/ou regionais.

A APRH teve a preocupação de organizar estas reuniões preparatórias em colaboração com estruturas representativas de utilizadores da água, nomeadamente de Industriais e Agricultores, com Municípios e Associações de Municípios, com organismos da Administração Central e Regional, com Universidades e Instituições de Investigação e, ainda, com Associações de Defesa do Ambiente. A todos cabe aqui uma palavra de agradecimento.

No âmbito deste conjunto de reuniões tiveram lugar as 12 seguintes:

- a) Em Outubro de 1990, em Lisboa as "2ªs Jornadas da Indústria da Água", uma iniciativa da EPAL patrocinada pela Associação;
- b) Em Dezembro de 1990, em Lisboa, um encontro técnico sobre "A Água e a Indústria", uma organização da APRH com a colaboração da Comissão para o Ambiente da Associação Industrial Portuguesa, da Direcção-Geral da Indústria e do LNEC;

- c) Em Janeiro de 1991, em Coimbra, um encontro de divulgação sobre o "Impacto Ambiental dos Aproveitamentos Hidroagrícolas", uma organização da APRH com a colaboração da CCR Centro, da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral e da Associação de Beneficiários da Obra do Baixo Mondego;
- d) Em Maio de 1991, em Lisboa, um encontro de divulgação sobre "Água e Saúde", organizado pela APRH e pela Escola Nacional de Saúde Pública, com o apoio da Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários, do Instituto Nacional de Saúde Dr Ricardo Jorge, da Associação Portuguesa de Epidemiologia e da Associação Portuguesa para a Promoção da Saúde Pública;
- e) Em Junho de 1991, no Estoril, o encontro técnico "A Gestão da Água e a Gestão Municipal", uma organização da APRH e dos SMAS de Cascais, que contou com o apoio da ANMP;
- f) Em Julho de 1991, no Porto, o encontro técnico sobre "Hidroelectricidade", que contou com o apoio da CCR Norte, da Direcção-Geral dos Recursos Naturais, da EDP e o IHRH;
- g) Em Novembro de 1991, em Faro, um painel sobre o tema "Os Municípios e a Gestão da Água. Soluções Possíveis", uma organização da APRH, com a colaboração da CCR Algarve;
- h) Em Novembro de 1991, em Évora, um encontro técnico sobre "Água e Agricultura", organizado pela APRH e pela Associação Universidade-Empresa do Sul;
- i) Em Dezembro de 1991, na ilha de S. Miguel nos Açores, um encontro com o tema "Estado da Água nos Açores", organizado pela APRH e pela Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas (da Região Autónoma dos Açores), com o apoio da Direcção Regional do Ambiente e dos SMAS da Câmara Municipal de Ponta Delgada.
- j) Em Dezembro de 1991, em Lisboa, o encontro técnico sobre "Águas Minerais Naturais e de Nascente", organização da APRH com o apoio da Direcção-Geral de Geologia e Minas e da Associação Nacional das Empresas das Águas Minero Medicinais e de Mesa;
- k) Em Dezembro de 1991, em Braga, na Universidade do Minho, um encontro técnico, sobre "Água e Indústria", organizado pela APRH com o apoio da Universidade do Minho, do GAT do Alto Cávado, da Câmara Municipal de Braga e da Associação Industrial do Minho.
- l) Em Dezembro de 1991, em Lisboa, no LNEC, um Encontro sobre "Aspectos Quantitativos das Águas Subterrâneas em Portugal", organizado pela APRH e pelo LNEC.

2.4 - A forma como organizámos o nosso Congresso é, de facto, um exemplo paradigmático da nossa forma de actuação.

O Congresso propriamente dito é uma acção de coroamento e de síntese de um programa de actividades que envolveu, designadamente, a realização de uma série de 19 reuniões técnicas em diversos pontos de Portugal e, ainda, de 2 reuniões que co-organizámos no Brasil, sobre temas muito diversificados.

A metodologia escolhida para este biénio de trabalho justifica-se pela consciência que a APRH tem de que a solução dos problemas do ambiente tem de ser encontrada num quadro de acção de médio e longo prazo. Há, portanto, que procurar construir e alargar zonas de consenso, que permitam uma acção continuada e eficaz.

A nossa Associação procura, pois, contribuir para a construção de tais zonas de consenso:

- apoiando o progresso dos conhecimentos,
- promovendo a discussão livre e aberta dos problemas existentes,
- criando espaços abertos ao diálogo e à troca de experiências e pontos de vista,
- contribuindo para a formulação de opiniões e propostas fundamentadas técnica e cientificamente, e assegurando a sua discussão tanto quanto possível alargada.

3 - Foi exactamente para prosseguir tais objectivos que a APRH foi fundada em 1977 (já lá vão 15 anos), na sequência de um conjunto de acontecimentos que tornou mais vivo o sentimento de que era necessário procurar novos rumos para a política da água em Portugal.

A acção da APRH, que conseguiu congrega pessoas com diferentes formações e provenientes de vários sectores da nossa sociedade, conjugada certamente com a influência de muitos outros factores, terá contribuído para a criação de uma consciência crescente:

- da importância dos problemas da água na qualidade de vida das populações;
- da necessidade de formulação de uma nova política da água;
- da necessidade de que tal política seja formulada no respeito de um certo número de princípios-base.

A APRH, na sessão comemorativa no Dia Nacional da Água de 1986, procurou resumir esses princípios num documento, que denominou de "Dez vectores de acção para o estabelecimento de uma política de água para Portugal". Esse decálogo, na própria sessão onde foi apresentado, recolheu o apoio expresso dos representantes dos partidos políticos com representação parlamentar e do Secretário de Estado do Ambiente então em funções.

Porém, passados cerca de 18 anos sobre a publicação da obra de referência que constitui o livro "Fundamentos de uma Nova Política de Gestão das Águas em Portugal", elaborado por uma equipa chefiada pelo Eng^o Veiga da Cunha, passados 15 anos sobre a fundação da Associação, e passados mais 5 anos sobre os aparentemente consensuais "Dez Vectores", verifica-se que:

- muitas das críticas formuladas continuam a ter plena actualidade;
- muitos dos principais estrangulamentos identificados continuam a persistir;
- e, o que consideramos mais grave, algumas das medidas tomadas nos últimos tempos, e o que se conhece de alguns projectos de diploma em estudo, justificam fortes e fundamentadas críticas e preocupações.

4 - Procurarei ilustrar o exposto com quatro questões fundamentais, tomadas a título de exemplo de entre outras que poderiam também ser referidas.

4.1 - Como primeira questão em aberto, refiro que, em Portugal, continua a constatar-se a falta de reconhecimento da água como um dos factores fundamentais a considerar no quadro do desenvolvimento económico-social, que vise o aumento do bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos.

Julgo oportuno referir que, se o papel interventor do Estado, em múltiplos domínios da vida da sociedade, é actualmente questionado por vastos sectores do leque político, tal papel interventor em matéria de política ambiental é, porém, reconhecido como fundamental. O simples funcionamento do mercado não tem, de facto, resposta para a maior parte dos problemas ambientais. O Estado não pode, portanto, alijar as suas responsabilidades neste domínio. Como o não pode a comunidade internacional, como aliás o atesta a existência de uma política de ambiente ao nível da Comunidade Europeia e a procura de um consenso para uma acção ao nível planetário no quadro da próxima conferência das Nações Unidas (a ECO 92).

Ora, o Dec-Lei 70/90, publicado não há muito tempo, traduz uma filosofia que comete claramente uma função acessória ao Estado no desenvolvimento do que denomina de "acções de fomento hidráulico". Acções estas que, também de acordo com o referido decreto, podem ser acções estruturais ou acções não estruturais.

Ora poderá o Estado prescindir (embora obviamente com a adequada participação das populações e dos utilizadores da água no processo de formação das decisões) de formular um plano de desenvolvimento de recursos hídricos, com a necessária identificação global de programas e projectos à escala nacional e regional? Poderá o Estado prescindir de tomar a iniciativa do lançamento de determinadas acções de fomento hidráulico com carácter não estrutural e/ou com carácter estrutural?

- 4.2 - Uma segunda questão que se mantém em aberto é a necessidade de modernização da legislação relativa à água.

Ao levantar esta questão considero porém indispensável voltar a reafirmar que "a definição participada dos objectivos gerais e dos principios orientadores de uma politica nacional dos recursos hidricos tem, porém, de anteceder a elaboração da lei que os institucionalize. É uma matéria em que se deve obter o mais largo consenso possível, pois só assim se garantirá uma correcta e efectiva implantação de um quadro legal que exige um horizonte dilatado para ser eficaz".

Para quando, pois, a publicação de uma Lei que revogue a Lei das Águas de 1919, que ponha termo à multiplicação de legislação avulsa em vigor neste dominio e que dê consistência ao ordenamento jurídico do sector?

- 4.3 - Uma terceira questão que se mantém em aberto é a da adopção de uma politica que preveja a aplicação dos principios utente-pagador e poluidor-pagador e de incentivos económicos como instrumentos de gestão dos recursos hidricos. Politica essa que, evidentemente, não se confunde com a que deu origem à publicação, com o Dec-Lei 70/90, de uma listagem de coimas, sem uma lógica e consistência claramente perceptíveis e com montantes inaplicáveis.

Uma politica de aplicação de incentivos económicos não pode, aliás, basear-se apenas na aplicação de taxas e coimas, ignorando tudo o que respeita a incentivos.

Para quando, pois, a correcta aplicação dos principios utente-pagador e poluidor-pagador?

- 4.4 - Uma quarta questão que se mantém em aberto é a da modernização da estrutura de gestão dos recursos hidricos, que se defende que venha a ser regionalizada e incentivadora da participação e da responsabilização dos cidadãos e dos utilizadores da água.

Modernização essa que, convém reafirmá-lo não deve, nem pode, ser feita sem a participação activa e interessada dos técnicos portugueses, nomeadamente no que respeita aos técnicos da administração pública.

O Dec-Lei nº 70/90 define esquematicamente um novo quadro institucional para a gestão da água em Portugal, que prevê (convém recordá-lo) no essencial:

- um Instituto Nacional da Água (INAG)
- Administrações de Recursos Hidricos (ARHs) consideradas como serviços desconcentrados do INAG que prosseguem as suas atribuições a nível de bacias ou conjuntos de bacias hidrográficas.
- Conselhos Regionais da Água, considerados como órgãos consultivos do Governo funcionando junto de cada ARH.

Modelo este que se afigura excessivamente centralizado, insuficientemente participado e que não parece garantir uma adequada articulação entre as diferentes perspectivas dos diversos organismos estatais com intervenção no dominio da água, entre si e com os utilizadores.

Esta estrutura não corresponde, aliás, a uma alteração qualitativa dos aspectos essenciais do modelo actualmente existente. A antiga Direcção Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos (DGRH) também tinha estruturas regionais (as Direcções Hidráulicas), assistidas por Conselhos de Bacia Hidrográfica com funções consultivas.

Uma nova estrutura tem que ser concebida como um instrumento de uma nova política. E uma nova política de recursos hídricos tem que ser definida no quadro de uma correcta política de ambiente e de uma adequada política de ordenamento do território, e tem de ser devidamente articulada com as diferentes políticas sectoriais (industrial, agrícola, urbanística, energética, de transportes, de pesca, de turismo e lazer, etc..).

Tal política exige uma concertação institucional entre diferentes organismos da Administração Pública e entre os diversos níveis (central, regional, local) da organização do Estado. E exige a cooperação de instituições públicas e de instituições privadas. Os objectivos concretos dessa nova política de gestão das águas deverão, desejavelmente, ser a concretização de consensos obtidos entre diferentes sectores sociais, políticos, económicos.

Há que criar um clima que não só permita mas que incentive a participação, a cooperação, a concertação. E há que criar espaços onde essa concertação possa ter lugar.

A nova estrutura orgânica de gestão das águas não pode, pois, ser um conjunto de organismos burocratizados, onde a representação da Administração Central remeta os interesses locais e dos utilizadores da água para funções acessórias e meramente consultivas.

Tal estrutura, para além de ser dotada da autoridade e dos meios indispensáveis, terá de ter funcionamento democrático indispensável ao desempenho das suas funções.

É o nível regional das bacias hidrográficas o privilegiado para a gestão concertada dos recursos disponíveis. As Administrações de Bacia Hidrográfica devem, pois, obedecer a um modelo que possa protagonizar um novo tipo de funcionamento, já atrás considerado como desejável.

O órgão de administração de tais organismos deveria, pois, ser composto por representantes da Administração Central, das autarquias e dos utilizadores.

Também os Conselhos Regionais da Água deveriam ser compostos por representantes de tais entidades e, ainda, incluir representantes de associações de defesa do ambiente e de outros organismos não governamentais que representam interesses locais ou regionais.

Para quando, pois, a criação de ARH's que possam dinamizar, no processo de formação das decisões, a participação dos cidadãos, dos seus representantes, das associações de defesa do ambiente e do património e dos utilizadores da água?

5 - Terminaria, acentuando que não somos pessimistas. Pelo contrário.

Entendemos, no entanto, que a situação actual, a complexidade dos problemas, tornam necessária (e cada vez mais urgente) uma acção decidida e mobilizadora. Há que recorrer aos instrumentos que a evolução científica e tecnológica põe ao nosso dispôr. Há que criar estruturas de gestão descentralizadas, participadas, com novos métodos de trabalho. Há que definir objectivos concretos. E há que mobilizar esforços para que as metas fixadas sejam alcançadas.

A APRH está pronta para dar o seu contributo. Com a consciência dos limites das suas possibilidades e capacidades. Mas com a independência, o entusiasmo e o espírito de colaboração que a caracterizam, e que estão bem patentes na forma como organizámos este Congresso.

DISCURSO DO SR. MINISTRO DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Estar aqui hoje, em resposta ao amável convite dos organizadores, nesta cerimónia que especialmente faz eco da importância do recurso água, tal como foi reconhecido pelo Programa do XII Governo e por mim defendido desde a primeira hora, constitui um enorme prazer.

Esta afirmação não só não é figura de retórica como refere um tanto maior prazer quanto o presente Congresso resulta da iniciativa de um conjunto de cidadãos conscientes da importância da água, melhor, da própria água enquanto recurso natural limitado, indispensável à vida e que, a par com os outros recursos do Ambiente, é "a base e o limite do desenvolvimento económico-social", de acordo com o Relatório Brundtland.

Acresce, para estar aqui, a convicção de que o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais tem o dever e, provavelmente mais do que qualquer outra área da governação, a necessidade, de contar com a participação dos cidadãos que, isoladamente ou em associação, estão atentos e empenhados na salvaguarda dos valores ambientais.

Por isso, saúdo os organizadores e patrocinadores do 1º Congresso da Água e em particular a Associação Portuguesa dos Recursos Hidricos, permitindo-me nesta cerimónia reflectir convosco sobre a **Politica da Água em Portugal**.

E começaria com a politica da água como componente fundamental da politica do ambiente.

No quadro do modelo de desenvolvimento sustentável que pretendemos consolidar em Portugal, a necessidade de prosseguir politicas de preservação e potenciação dos recursos existentes, bem como a requalificação e revalorização dos recursos que tenham sofrido degradações expressivas, é uma componente estratégica fundamental dessa politica de desenvolvimento.

Naturalmente que tudo o que se refere aos recursos hidricos, merece um lugar de destaque. E isto por dois motivos: (i) pela sua importância horizontal nas várias politicas e sectores económicos, que se reflecte no quotidiano dos individuos, das familias, das empresas e das instituições; (ii) pela sua natureza estrutural e determinante para o próprio futuro desse quotidiano colectivo. Como disse, a água merece lugar de destaque numa politica de desenvolvimento sustentável, onde a qualidade do ambiente, em sentido geral, e o progresso económico e social se entrecruzam e interpenetram.

Acresce que, num país como Portugal em que os recursos hidricos são, por um lado, abundantes mas, por outro, desequilibrados na sua repartição no tempo e no espaço, em que os problemas associados de cheias e secas coexistem em diferentes parcelas do território nacional, em que as três maiores fontes hidricas do País têm a sua origem num outro País, e onde, por último, existem problemas localizados significativos a nível da qualidade das águas, a politica da água tem que desempenhar um papel relevante na politica do ambiente.

Esta extrema irregularidade espaço-temporal coloca dificeis problemas e verdadeiros desafios a uma adequada gestão dos recursos hidricos. De facto, o aproveitamento da água pressupõe importantes investimentos em infra-estruturas hidráulicas que permitam o armazenamento e o transporte. Água abundante mas cara, pode ser uma forma sintética de resumir a nossa situação global no que diz respeito aos recursos hidricos.

Pelas razões expostas são os seguintes objectivos deste Governo para uma política da água coerente e articulada.

O primeiro dos objectivos desta política coerente para gestão da água é o da integração. Com efeito, só através de uma política integrada para o sector é possível, quer a nível do planeamento, quer ao nível da gestão, conciliar a quantidade e a qualidade da água, articular recursos hídricos subterrâneos e superficiais e satisfazer os múltiplos usos que procuras crescentes e sectorialmente diferenciadas exigem e, sobretudo, virão a exigir.

Identicamente, o objectivo do planeamento preside, em lugar de destaque, no desenho de uma política eficiente para o sector. Atende-se que, só através de um planeamento ambicioso mas realista, é possível definir os objectivos específicos para os cursos de água, para as águas subterrâneas e para as águas do mar, que são indispensáveis para fornecer à sociedade civil os cenários de utilização dos recursos em que se deve mover. Importa ainda referir que só no quadro de um planeamento flexível e dinâmico, mas simultaneamente rigoroso e exigente, é possível fazer assentar uma gestão moderna dos recursos hídricos nacionais.

Um terceiro objectivo, fundamental a considerar, tem a ver com a necessidade das actuações a promover no âmbito de uma política da água terem de integrar a componente económico-financeira, e terem tendencialmente que internalizar os respectivos custos. Essas actuações são necessariamente perspectivadas numa óptica onde as questões do financiamento em si mesmo, da engenharia financeira, dos custos e dos proveitos irão ter uma expressão compatível com importância ecológica, económica e social do recurso e com os compromissos assumidos no âmbito da Comunidade Europeia.

A política de recursos hídricos é, neste sentido, objecto de particular atenção no enquadramento que está a ser efectuado pelos instrumentos de planeamento estratégico que o Governo pretende aprovar, como são os casos do Plano Nacional de Política do Ambiente (PNPA) e dos planos regionais e nacionais de recursos hídricos.

Para além destes objectivos, não é possível definir uma política realista para os recursos hídricos sem equacionar dois vectores estratégicos que, hoje e no futuro, marcarão, inevitavelmente, a evolução da política. Com efeito, não é possível proceder a qualquer definição de política sem que as questões do seu financiamento, por um lado, e as questões do nível e da intensidade da intervenção do Estado, por outro, sejam perspectivadas de forma adequada.

Em relação ao financiamento da política da água, as fontes de financiamento terão, em termos gerais, origem nas receitas provenientes dos pagamentos dos consumidores, ou nos impostos pagos pelos contribuintes, ou, ainda, em qualquer combinação inteligente das duas.

É preciso ter consciência que, em Portugal, não é possível, no quadro constitucional e legislativo vigente, existir outro modelo de financiamento. A possibilidade de prosseguir e intensificar as políticas de investimento que têm vindo a ser realizadas é altamente viabilizada pelo recurso a fundos comunitários que manifestamente têm possibilitado uma diminuição significativa dos encargos sobre os utentes e sobre os contribuintes.

Importa, no entanto, referir que não é lícito nem aceitável a hipótese de que surtos equivalentes de investimento se possam vir a repetir à custa dos fundos comunitários, o que impõe, inevitavelmente, que sobre os consumidores venha a recair, não só o custo de serviço, mas também o custo da reintegração do capital indispensável à manutenção e à melhoria desse mesmo serviço.

Competir-nos-á, obviamente, assegurar que os modelos de investimento definidos, seja associada uma rigorosa gestão técnica, económica e financeira, por forma a que se maximize não só a eficiência do serviço prestado, como ainda a rentabilidade do investimento efectuado.

Tal como foi referido o modelo jurídico constitucional é um modelo de cariz inequivocamente público onde o Estado (Administração Central e Local) detém a exclusividade da intervenção. Não custa, no entanto, admitir que, num futuro, a intervenção do Estado, num quadro compatível com as opções do Governo neste domínio, se possa reduzir a funções de planeamento e de regulação, viabilizando uma abertura do sector à iniciativa privada.

Importa, todavia, ser claro quanto à forma como se deverá processar esta abertura sectorial. Existe a consciência clara que, no actual momento, qualquer tipo de privatização, para além de inoportuna face aos actuais níveis de serviço e aos montantes de investimento que a sua melhoria exigirá, poderia introduzir gravíssimas distorções que se traduziriam não só quer em termos de deseconomias colectivas, como também em termos de desigualdades sociais.

Efectivamente, a apetência natural e legítima do investidor privado para os segmentos de produção mais rentáveis, a inexistência de um quadro alargado de concorrência ao nível do País, os desequilíbrios existentes entre os níveis de serviço no saneamento básico, a inexistência de uma cultura de consumidor ao nível dos utentes e a necessidade, ainda existente, de prosseguir políticas de investimento onde deverá ser mantida uma lógica social e de interesse público, aconselham prudência e ponderação nos passos a realizar.

Deve-se, todavia, ter presente que abertura à iniciativa privada do sector do saneamento básico é um objectivo a médio prazo, sendo de toda a conveniência que a Administração (Central e Local) vá progressivamente transferindo tarefas específicas para a iniciativa, de forma a que o meio empresarial nacional se vá gradualmente dimensionando para o cenário que se perspectiva com a referida mudança.

É no quadro destes objectivos básicos que acabo de comunicar que se enquadram as principais acções do governo nesta área, para os próximos quatro anos.

A consecução destes objectivos implica o desenvolvimento e o aprofundamento da importante reforma estrutural e de comportamentos, em curso no domínio do ambiente e recursos naturais. Presentemente torna-se, sobretudo, imperioso resolver os problemas que resultam da passagem à prática de um conjunto de princípios e de medidas legislativas já consignadas em lei, e em relação aos quais existe um largo consenso social.

No âmbito institucional, vamos concluir as reformas em curso, com especial destaque para o Instituto Nacional da Água (INAG) e as cinco respectivas Administrações de Recursos Hídricos (ARH) e para as cinco Delegações Regionais do Ministério. O enquadramento legislativo referente ao novo sistema institucional está a ser melhorado e completado, no sentido da clarificação das competências das diversas entidades e do seu relacionamento, e de uma maior participação e responsabilização dos utentes pela construção e gestão das obras hidráulicas e de saneamento.

No campo legislativo, daremos a maior atenção à preparação de uma nova Lei da Água e de um Código de Usos da Água, pela sua importância como instrumentos para a concretização de uma correcta política de gestão dos recursos hídricos que o INAG executará. Serão a curto prazo constituídos os grupos de trabalho encarregues de elaborar os vários diplomas para a presente legislatura.

Outro aspecto actualmente em regulamentação, são os princípios do utilizador-pagador e do poluidor-pagador, visando a internalização das deseconomias externas por parte dos agentes utilizadores, pois não deve ser a sociedade civil em geral a suportar estes custos. Será simultaneamente criado um fundo destinado a apoiar investimentos públicos em obras e acções de interesse regional e nacional.

A utilização destes instrumentos vai ser complementada, de forma articulada e coerente, com outros de natureza fiscal, económica e financeira. Se essa utilização for exercida tal como exigimos duma forma transparente e rigurosa pelos organismos do novo sistema institucional de recursos hídricos, induzirá os municípios e os agentes económicos a procurar os projectos e as soluções técnicas mais adequadas, sem prejuízo da promoção e do incentivo à integração da componente ambiental no seio das outras políticas sectoriais.

Os municípios desempenham, pelas largas responsabilidades que lhes cabem no que se refere aos recursos hídricos e em particular ao saneamento básico, um papel determinante na evolução do sector. A preocupação de recuperar rapidamente atrasos estruturais do passado tem, por vezes, conduzido à resolução pontual dos problemas sem uma visão integrada dos mesmos e, portanto, sem o devido aproveitamento das economias de escala. Por outro lado, a falta de dimensão e capacidade técnica, administrativa e financeira de algumas entidades autárquicas poderá dificultar a resolução das necessidades básicas em termos de saneamento.

Nesse sentido, e também com o objectivo de melhor articular a Administração Local com o novo sistema institucional, encontram-se em análise as formas mais correctas de integrar as políticas e iniciativas municipais nas estratégias definidas a nível regional, assim como as formas de ajudar os municípios a fazer face às suas responsabilidades em termos técnicos e financeiros. Com o objectivo de implementar a execução destas iniciativas na área do saneamento básico o MARN vai propôr e promover um Pacto Ambiental, concretizado com a assinatura de Contracto-Programa, Protocolos ou outras formas de cooperação.

Cabe também destacar o papel essencial e a responsabilidade das empresas nacionais com actividade na área do saneamento básico, sobretudo no que respeita à elevação dos padrões de qualidade dos serviços prestados e do nível tecnológico e de competitividade industrial. Elas deverão estar em condições de concorrer em pé de igualdade com as suas congéneres europeias.

O Governo, através da sua política de ambiente, tem vindo a criar as condições de optimização e equidade, quer no âmbito da procura do recurso água, quer no da oferta de serviços, de que beneficiarão os sectores industriais e a população em geral. Essa política assenta numa planificação estratégica de longo prazo, numa articulação coerente dos vários instrumentos postos à disposição do ambiente e recursos hídricos, e aproveita as potencialidades dos mecanismos de mercado e da participação dos cidadãos, individual ou organizados colectivamente.

Um dos objectivos fundamentais consiste assim, na promoção do desenvolvimento sustentável e na garantia de uma melhor qualidade de vida dos portugueses, dando especial relevo aos princípios da prevenção e da solidariedade.

Com a conjugação de esforços de todos os sectores da vida nacional e da sociedade civil em geral conseguiremos, estou certo, atingir os objectivos a que nos propusemos e que consideramos na máxima importância para o futuro do País.

A tarefa é imensa a concentração de esforços impõe-se através da gestão por objectivos. O Ministério do Ambiente e Recursos Naturais diz presente.

MENSAGEM DE
SUA EXCELENÇA
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

O Presidente da República

Não me sendo possível estar presente, como desejaria, na sessão de abertura do 1º Congresso da Água, subordinado ao tema "o estado da água em Portugal", felicito os seus organizadores, desejando-lhes o maior sucesso.

A temática da água é actual e de uma enorme importância. Temos assistido, recentemente, a sucessivas catastrofes ecológicas que respeitam à poluição das águas. É, assim, uma temática que nos respeita a todos sendo um recurso natural que começa, em muitas regiões, a ser escasso. Para alguns povos a falta de água - ou a poluição das águas - constitui mesmo uma grande preocupação, para não dizer uma tragédia.

Como outros bens essenciais à vida, a água tem de merecer hoje uma gestão racional e equilibrada. Interessa a todos e os problemas, alguns agudos, que respeitam à água, põem-se a diversos níveis - do geral ao particular, das comunidades dos cidadãos. É um problema dos Estados e das sociedades civis.

./..

O Presidente da República

2.

Estou certo de que o 1º Congresso da Água vai debater com profundidade tal problemática, que tem a ver com a defesa da vida e com a salvaguarda dos equilíbrios ecológicos essenciais, com espírito moderno e solidário.

Saudando todos os ilustres Congressistas, desejo-vos um bom trabalho. Fico aguardando, com o maior interesse, as conclusões do vosso Congresso.

Lisboa, 9 de Março de 1992

Carlos
Carvalho

TRIBUNA



LIVRE

AS INSTITUIÇÕES DE ÂMBITO EUROPEU E A SAÚDE AMBIENTAL

(Continuação do BI nº 69 / Dez 91)

O CONSELHO DA EUROPA

O Conselho da Europa, a mais antiga e maior instituição política europeia, agrupa 23 (vinte e três) democracias parlamentares, desde 1989.

As suas três carecterísticas fundamentais – composição ampla, competências gerais e estrutura flexível – conferem-lhe o carácter único e dão-no como modelo de organização regional.

Pelo contrário a amplitude dos seus objectivos e o seu carácter não vinculativo, situa o Conselho Europeu numa posição de "Organismo de referência moral", através de uma Comissão e um Tribunal especificamente dedicados a velar pela sua protecção..

No entanto, há que referir que graças ao movimento de liberalização e abertura hoje em curso, na maioria dos países do leste da Europa, começa a surgir uma maior abertura ao Conselho Europeu. Além disso, em 1989, por ocasião do 40º aniversário da Organização, o Conselho de Ministros adoptou uma importante "Declaração sobre o futuro do Conselho da Europa na Construção Europeia".

Por outro lado, o processo de paneuropeização do Conselho da Europa acelerou-se desde que, recentemente a URSS, Hungria, Polónia e Jugoslávia obtiveram o estatuto de "países convidados" - observadores.

Outras adesões estão previstas e, isso obrigará a certas reformas no seio do Conselho, cuja natureza ainda é cedo para se precisar, embora seja considerada sedutora a ideia, lançada por certos meios, de uma adesão por parte da CEE, EFTA e COMECON de forma a que o Conselho da Europa, fosse o "chapéu de chuva" político de um sistema de cooperação europeia trilateral.

O funcionamento do Conselho da Europa, pode ver-se na Fig. 3. Além dos órgãos de Governo, o Conselho da Europa organiza o seu trabalho através de um secretariado, do qual dependem 900 (novecentos) funcionários, agrupados em 11 (onze) Direcções-Gerais, entre as quais se encontra uma que trata da área do MEIO AMBIENTE e património cultural.

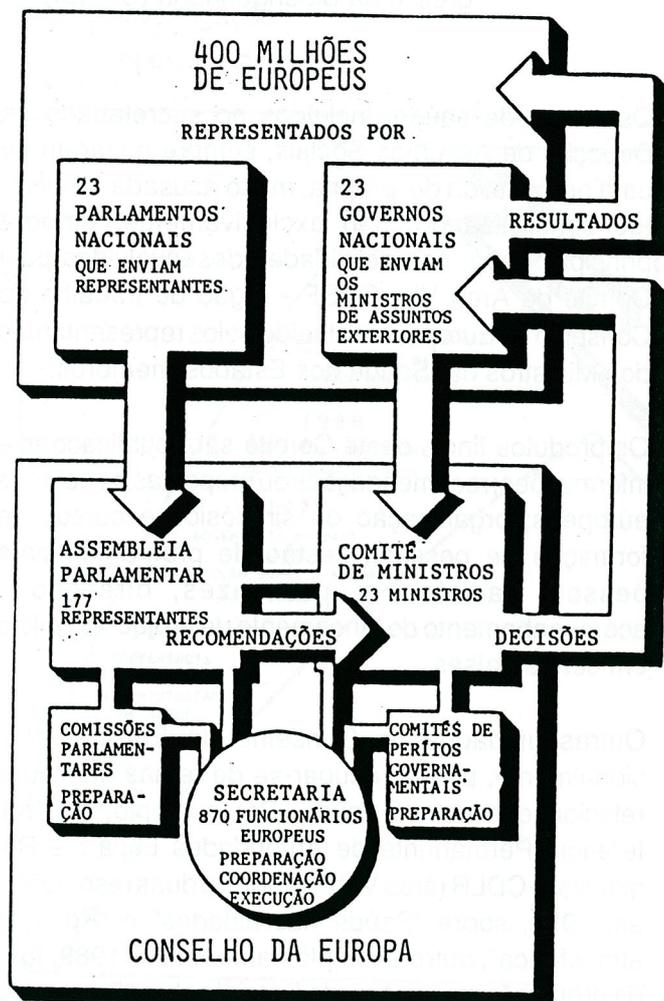


Fig. 3 - Funcionamento do Conselho da Europa

As actividades do Conselho da Europa são reconhecidas através de "Programas a Médio Prazo", de duração quinquenal, estando vigente o terceiro, correspondente ao período 1987-1991, os quais são revistos anualmente.

As actividades são agrupadas por campos temáticos e existem os comités intergovernamentais responsáveis pela execução das diferentes áreas incluídas nos programas. Existem actualmente três áreas que tratam dos problemas ambientais:

- Área VI - Comité Europeu de Saúde Pública (CDSP)
- Área VII - Comité Directivo para a Conservação Integral do Património Histórico (CDPH)
 - Comité Directivo para a Conservação e Gestão do Meio Ambiente e Espaços Naturais (CDPE)
 - Comité *Ad-hoc* para o desenvolvimento integral do mundo rural (CAHMR)
- Área IX - Comité *Ad-hoc* de Peritos no Progresso da Bioengenharia (CAHBI)

...

Os temas de saúde, incluídos no secretariado da Direcção de Assuntos Sociais, sempre gozaram de uma personalidade própria, muito acusada, e vêm-se concretizando, não exclusivamente, embora principalmente, nas actividades desenvolvidas pelo Comité da Área VI - CDSP - órgão de trabalho do Conselho da Europa, constituído pelos representantes dos Ministros da Saúde dos Estados-membros.

Os produtos finais deste Comité são: publicações e informações; recomendações ou propostas de acordos europeus; organização de simpósios e cursos de formação de pessoal; gestão de programas para pessoal sanitário e, por vezes, direcção e acompanhamento do lançamento de projectos - piloto em certos países.

Outras unidades do Conselho da Europa, ocasionalmente, podem ocupar-se de temas sanitários relacionados com a saúde. Por exemplo, a "Conferência Permanente de Autoridades Locais e Regionais" - CDLR (área VIII) - produziu duas resoluções, em 1989, sobre "Saúde nas cidades" e "Poluição atmosférica"; outro exemplo, também em 1989, foi a da promoção de um Acordo Parcial sobre "Prevenção e protecção face a desastres tecnológicos e naturais".

Será talvez oportuno efectuar uma breve rasencha histórica que aclare os antecedentes e nos situe no marco das actuais prioridades do CE, em terreno sanitário.

Na **década de 50** o trabalho em saúde baseou-se em certas linhas fundamentais - garantir a igualdade de assistência entre os cidadãos em termos de assistência sanitária e social; fomentar o intercâmbio de pessoal sanitário especializado; facilitar o intercâmbio de recursos humanos e técnicos, bem como de serviços.

Durante os **anos 60**, generalizou-se o sistema de Informações e Recomendações, quase sempre referido ao campo da Saúde Pública - fluoração das águas, higiene dos parques de campismo, etc. - com excepção da assistência à terceira idade e aos custos da assistência sanitária.

Na **década de 70**, as actividades foram grandemente influenciadas pela publicação de "Perspectivas do futuro em Saúde Pública" (1971), na qual se delineavam as áreas prioritárias de interesse para os anos subsequentes.

Durante os **anos 80**, foram introduzidas as Conferências de Ministros. Em 1981, por exemplo, em Madrid o tema foi "Promoção da Saúde", em consonância com a, então lançada, estratégia de "Saúde para todos", da OMS. Outro exemplo, foi a realização em 1990, em Chipre, da 4ª Conferência "Formação de pessoal em Saúde", que se ocupou de aspectos como os desenvolvimentos científico-tecnológicos, o intercâmbio de serviços e os novos reptos de formação de pessoal sanitário. Esta conferência organizou-se em torno de oito importantes temas dos quais salientamos:

...

- gestão de recursos humanos
- novos desenvolvimentos nas áreas da ciência e tecnologia
- **O meio ambiente e a saúde**

...

É, ainda, de realçar a publicação de informações e recomendações de diversos aspectos da filosofia da organização sobre serviços sanitários públicos, alínea bem concordante com a EURO/OMS; bem como a publicação de material diverso sobre o **papel da educação sanitária** para fomentar estilos de vida saudáveis e combater os flagelos da sociedade actual: droga, alcoolismo, tabagismo.

A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - REGIÃO EUROPEIA

A Organização Mundial de Saúde (OMS), criada em 1948, como uma agência especializada das Nações Unidas, tem por finalidade conseguir levar o mais elevado grau de saúde a todos os povos.

A OMS, como organização internacional, coopera e orienta os seus Estados Membros, em número de 32 (trinta e dois), através de uma rede de centros colaboradores e de peritos ao mais alto nível, coordenados por órgãos de direcção próprios e financiada através de quotas dos Países Membros e contribuições voluntárias de instituições governamentais ou não.

A OMS é regida por três órgãos:

- Assembleia Mundial da Saúde - autoridade suprema, que determina as políticas da Organização.
- Conselho Executivo - eleito pela Assembleia e, como o próprio nome indica, é o órgão executivo da Assembleia, actuando em nome de todos os Estados-Membros da Organização.
- Secretaria- terceiro órgão director da OMS, que presta colaboração nacional e sub-nacional. O Director-Geral é a máxima autoridade técnica e administrativa.

A OMS funciona na base de "Programas Gerais de Trabalho", de duração definida, cobrindo o último período 1990-1995. Normalmente no final de cada um destes programas, aprovados pela Assembleia, é elaborada uma "Informação sobre a Situação Sanitária Mundial".

A preocupação pelo **Meio Ambiente** foi característica dominante dos debates do Conselho Económico e Social e da Assembleia Geral.

Dentre as várias funções clássicas da OMS, podem citar-se:

- Estimular a supressão das doenças epidémicas e endémicas;
- Actuar como autoridade directiva e coordenadora em assuntos sanitários internacionais;
- Facilitar a cooperação entre cientistas e profissionais no campo sanitário;

- Propor convenções e acordos internacionais que fomentem a melhoria do estado sanitário;
- Incentivar e conduzir a investigação em saúde;
- Contribuir para uma opinião pública informada e fomentar a participação comunitária.

...

A actividade da OMS alargou-se a uma nova dimensão em 1981, quando a Assembleia Mundial aprovou, por unanimidade, a "ESTRATÉGIA MUNDIAL DA SAÚDE PARA TODOS". Tal estratégia pretende que, até ao ano 2000, todos os habitantes da Terra, tenham acesso aos meios necessários a uma vida social e economicamente produtiva.

Em 1984, o Comité Regional Europeu, concretizou o conteúdo programático então definido, aprovando 38 (trinta e oito) metas para uma Estratégia Europeia (Fig. 4) as quais se podem agrupar em seis capítulos:

- Saúde para todos;
- Estilos de vida saudáveis;
- **MEIO AMBIENTE SALUBRE (METAS 18 A 20);**
- Cuidados apropriados;
- Investigação;
- Apoio ao pessoal;

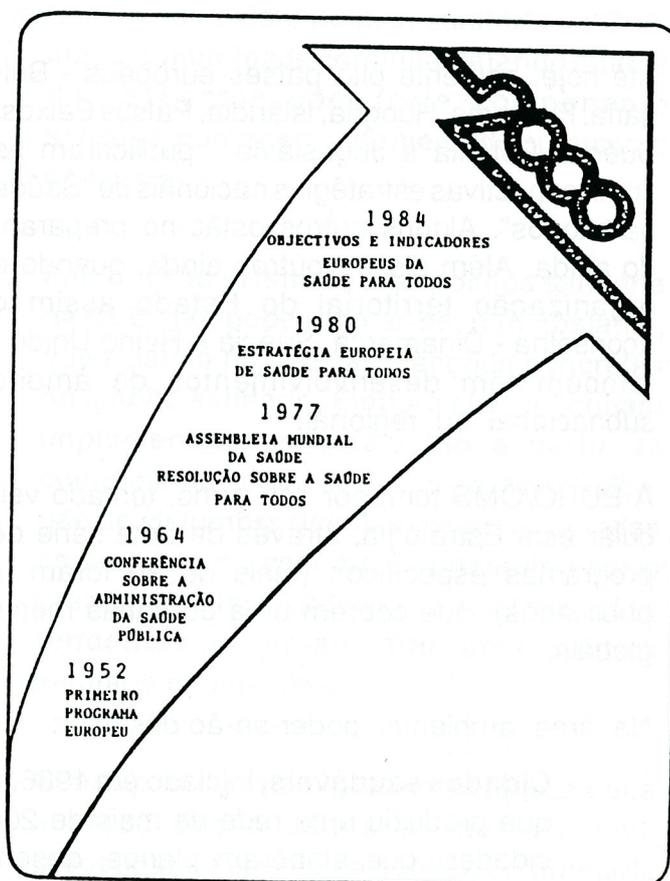


Fig. 4 - A Dinâmica da Saúde Para Todos

Estas 38 metas da "Saúde para todos - 2000" podem relacionar-se entre si, como se apresenta na Fig. 5.

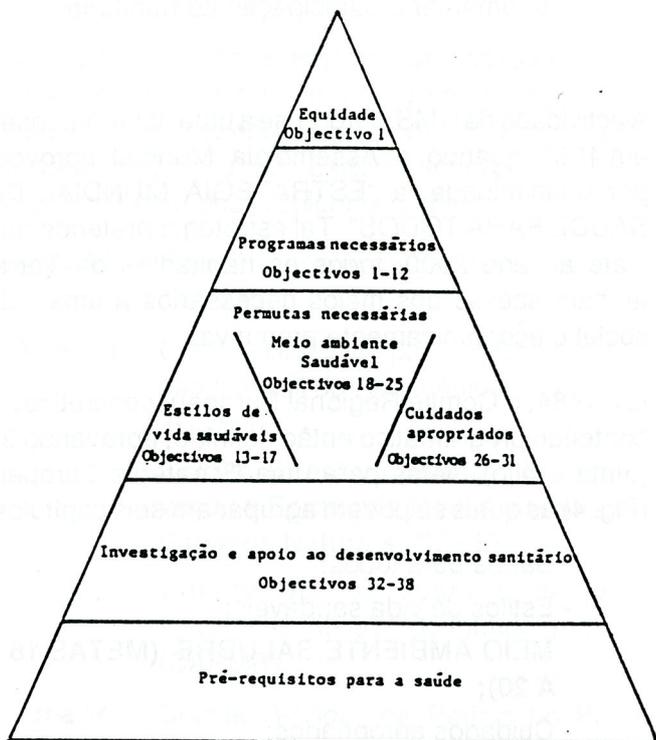


Fig. 5 - Relação entre as 38 metas da "Saúde para todos no ano 2000

Até hoje, somente oito países europeus - Bulgária, Finlândia, Hungria, Islândia, Países Baixos, Suécia, Polónia e Jugoslávia - publicaram as suas respectivas estratégias nacionais de "Saúde para todos". Alguns outros estão-no preparando ainda. Além disso, outros ainda, quando a organização territorial do Estado assim o aconselha - Dinamarca, Suécia e Reino Unido - também têm desenvolvimentos de âmbito subnacional ou regional.

A EURO/OMS tem, por seu turno, tentado veicular esta Estratégia, através de uma série de programas específicos (mais de 20 foram já publicados), que cobrem uma ou várias metas globais.

Na área ambiental poder-se-ão destacar:

- **Cidades saudáveis**, iniciado em 1986, e que produziu uma rede de mais de 200 cidades, que elaboram planos, desenvolvem iniciativas, analisam modelos de participação comunitária, etc;

- **Rede de programas contra factores de risco**, das doenças não contagiosas (pro-grama CINCI), à qual se associaram onze dos trinta e dois Estados-membros, além do Canadá;
- **Programa de controlo de qualidade e tecnologias apropriadas**, desenvolvendo actuações de controlo e com paração em vários países, e dispendo de um centro colaborador em Copenhague.

...

As relações entre EURO/OMS e o Conselho da Europa, em 1988, entraram numa nova fase. Pela primeira vez, nesse ano, houve um encontro formal entre os responsáveis e representantes das duas organizações, que terminou com a assinatura de uma Declaração Comum, na qual se assinalava a adesão do Conselho à política e aos objectivos da "Saúde para todos".

A acrescentar a isto, a colaboração entre a EURO/OMS e a Comissão da CEE foi avançando passo a passo. Assim, ambas as instituições participam há alguns anos, num ambicioso projecto de **Controlo de substâncias químicas tóxicas** que afectam (ou podem afectar) o meio ambiente. Além disso, houve colaboração, embora pontual, em temas como a gestão da água, a luta contra a poluição, a educação para a saúde, a protecção dos consumidores, a segurança contra as radiações, etc. etc...

Em matéria de investigação cabe assinalar que o Comité de Investigação da CEE, considerou a estratégia da "Saúde para todos" como a base, na altura em que teve de fixar prioridades, tendo sido então criado um grupo de trabalho conjunto.

A EURO/OMS, organizou em Dezembro de 1989, em Frankfurt a **1ª Conferência Ministerial Europeia sobre Meio Ambiente e Saúde**, na qual foi aprovada a **Carta Europeia sobre tal matéria**. No final da conferência, a Comissão da CEE, especialmente convidada, subscreveu os princípios e recomendações da mencionada Carta, informando nessa altura, da decisão da criação de uma **Agência Europeia para o Meio Ambiente**, aberta não só aos doze mas, a países terceiros, numa alusão clara a uma Europa "grande e comum" que a EURO/OMS engloba.

Uma linha de trabalho empreendida há vários anos pela EURO/OMS, que começa agora a dar os seus primeiros frutos e, que pode ser decisiva, sobretudo no horizonte do "mercado único", a partir de Janeiro de 1993, são as realizações conjuntas com as **Associações de Profissionais Sanitários** e com as Faculdades e Escolas de pré e pós-graduação.

A natureza e a experiência da EURO/OMS, tem vindo a jogar no cenário sanitário europeu um papel de "**estimulador**" de políticas e elaborador de "cenários" e tendências previsíveis no campo sanitário, muitos dos quais se reconhecem no "Programa de Trabalho para 1990-95".

A avaliação da situação sanitária europeia, mediante a aplicação do sistema de indicadores associado à Estratégia ocorreu em 1990 e será publicada em 1993, na **Informação sobre a Situação Sanitária Mundial**.

Em 1992, realizar-se-à em Madrid, uma conferência Ministerial sobre este tema, e os seus resultados contribuirão, sem dúvida, para orientar as actividades da EURO/OMS até ao ano 2000. Alguns desses elementos podem descrever-se resumidamente como segue:

- O ênfase sobre a qualidade nas políticas sanitárias;
- Actualização e coordenação dos sistemas de informação sobre higiene do meio;
- Promoção de modos de vida activos e saudáveis;
- Maior segurança nos produtos alimentares;
- As potencialidades dos locais de trabalho e efeitos na promoção da saúde.

É de realçar a importância que se outorga ao meio ambiente (coerente com a Década sobre o Meio Ambiente das Nações Unidas) e a ausência, praticamente já clássica, nos textos da OMS, de referências às questões de financiamento e/ou gestão e organização dos serviços sanitários. Tradicionalmente isto tem vindo a justificar-se com base de que à OMS pertencem países de regime político, com propriedades muito diferentes, (por vezes opostas), mas tal facto começa já, em certos meios,

a ser considerado como uma limitação séria que deverá superar-se no futuro, partindo do facto já vulgarmente admitido, de que os serviços de prestação de cuidados têm, pelo menos no âmbito da EURO/OMS, problemas comuns cujo diagnóstico é, por outro lado, sobejamente conhecido e amplamente compartilhado.

O Comité Regional reuniu, em Lisboa, entre 10 e 14 de Setembro de 1991.

A próxima reunião, terá lugar em Copenhague, em Setembro de 1992.

Conclusões

1. **A Comunidade Económica Europeia não tem institucionalmente uma política sanitária e é difícil que com os actuais fundamentos jurídicos venha vir a tê-la como tal. Isto é algo distinto da pura acumulação de programas e acções concretas.**
2. **Não só não existe política sanitária na CEE, mas a Comunidade continua tratando muitos dos aspectos com forte componente sanitária, numa óptica de mercado puramente comercial.**
3. **Embora não existindo a tal política sanitária na CEE, não pode ignorar-se, não obstante, que existem programas e acções concretas no âmbito sanitário. Embora elas se tenham implementado e fortalecido a partir da componente social derivada do Acto Único, não se vislumbra que tais medidas isoladas constituam, ou venham a constituir a curto prazo, um sistema ordenado e geral de acções tendentes a implementar uma política sanitária comunitária.**
4. **Não se pode ignorar, igualmente, que embora a preocupação sanitária não seja uma preocupação directa na política comunitária de certos sectores, foram implementados certos níveis de exigência de grande**

importância sob este ponto de vista. Tais manifestações foram significativas em certos campos, entre os quais figura a política do meio ambiente - radiações ionizantes, produtos perigosos, poluição atmosférica, pesticidas e fertilizantes, etc.

5. O Conselho da Europa embora não sendo uma organização cujo conteúdo funcional seja especificamente sanitário, conseguiu ao longo dos anos, institucionalizar uma linha de actuação sanitária bastante sólida, e pese embora o carácter não coersivo das suas decisões, pela homogeneidade dos países envolvidos e pela autoridade moral que conseguiu granjear, tem um nível de eficiência aceitável.

6. A Organização Mundial de Saúde é o único, dos organismos analisados, cujo objectivo fundamental é especificamente sanitário.

No entanto, há duas circunstâncias que limitam, de certo modo, a eficácia desta organização. A primeira, derivada da natureza da Organização, é o carácter não vinculativo das suas decisões, e o seu efeito mais nefasto põe-se, de modo algo preocupante, quando se observa que em determinadas políticas sanitárias, alguns países não põem reparos à sua aprovação, em determinados campos (OMS), e por outro lado, põem obstáculos a adopção de medidas vinculativas (CEE).

7. O segundo aspecto limitativo da eficiência da OMS, consequência neste caso, do âmbito geográfico da sua implementação, deriva do carácter heterogéneo dos países destinatários, atingidos pelas suas decisões. A disparidade dos níveis sanitários, económicos, sociais, políticos, culturais, etc., obriga à adopção de políticas excessivamente gerais.

A OMS para obviar, em parte, a esta dificuldade, desenvolveu a divisão regional, a qual permite articular os níveis da sua política sanitária através de uma estratégia geral e adoptá-la às peculiaridades de cada área geográfica. Mesmo assim, a extensão dos âmbitos regionais não permite, nem sequer na Região Europeia, na qual a heterogeneidade é aparentemente dispar, eliminar completamente este factor limitante.

8. Embora a colaboração entre a CEE e a OMS/EURO, venha já de longe e, se tenha intensificado nos últimos anos, ela não deixa de ser ocasional e referida a programas concretos.

Há necessidade em estabelecer uma colaboração e coordenação institucionalizadas, de carácter permanente e com um alcance geral, a toda a política sanitária.

9. Nenhuma das organizações referidas elaborou, para além do estudo ou análise, uma política referente à organização dos sistemas sanitários. O carácter nitidamente nacional dos factores determinantes deste aspecto sanitário - financiamento público-privado, organização político-administrativa, regime de prestação de serviços públicos, etc. - tornam dificilmente imaginável, e segura e praticamente impossível, uma política supranacional neste sector.

No entanto, o estudo de sistemas comparados, o intercâmbio de experiências, a utilização dos mesmos instrumentos de avaliação de serviços, a existência de uma cobertura homogénea no âmbito dos países da CEE, e outros factores, podem permitir uma aproximação sanitária dos sistemas de organização sanitários.

REALIZAÇÕES

DATA
1992
22 - 26 Junho

LOCAL
Berlin
Germany

REALIZAÇÃO: International Symposium on Environmental Sensing
CONTACTO: International Society for Optical Engineering – SPIE
PO Box 10, Bellingham,
WA 98227-0010
Fax. 206-647-1445

DATA
1992
03 - 05 Agosto

LOCAL
Baltimore, Md.
USA

REALIZAÇÃO: Water Forum '92: Saving a Threatened Resource
CONTACTO: Edwin T. Engman
Code 974, NASA Goddard
Space Flight Center,
Greenbelt, MD 20771

DATA
1992
09 - 14 Agosto

LOCAL
Ceské Budějovice
Czechoslovakia

REALIZAÇÃO: 2nd International Conference on Reservoir Limnology and Water Quality
CONTACTO: Dr. V. Vyhnaněk
Hydrobiological Institute
Na sádkách 7,
37005 Ceské Budějovice

DATA
1992
10 - 14 Agosto

LOCAL
Stockholm
Sweden

REALIZAÇÃO: Stockholm Water Symposium
CONTACTO: Symposium Secretariat – Stockholm Water Symposium 1992
C/o Stockholm Convention
Bureau — P.O. Box 6911
s-10239 Stockholm
Fax. +46(8)348441

DATA
1992
07 - 10 Setembro

LOCAL
University of Hannover
Germany

REALIZAÇÃO: 2nd International Symposium on Hydrological Applications of Weather Radar
CONTACTO: Dr. Hans-Reinhard Verworn
Institut fuer Wasserwirtschaft,
Universitaet Hannover
Appelstrasse 9A, DW-3000
Hannover 1 — FRG

DATA
1992
14 - 18 Setembro

LOCAL
São Paulo
Brasil

REALIZAÇÃO: 16th Symposium of the IAHR Section on hydraulic machinery and cavitation
CONTACTO: 16th IAHR Symposium 1992
Organizing Committee
Av. Prof. Lúcio M. Rodrigues,
120 - Cidade Universitária
CEP 05508 - São Paulo
(Fax. 11813.5217)

PÚBLICO 10/03/92

“Água abundante mas cara”

ANTES de escorregar pelas torneiras, a água que bebemos percorre um longo caminho desde a sua recolha ao tratamento, controle de qualidade e, claro, distribuição. Todo este processo implica milhares de problemas, que ontem começaram a ser debatidos por centenas de especialistas no 1º Congresso da Água. O ambiente e a sua destruição não ficaram naturalmente à margem das comunicações.

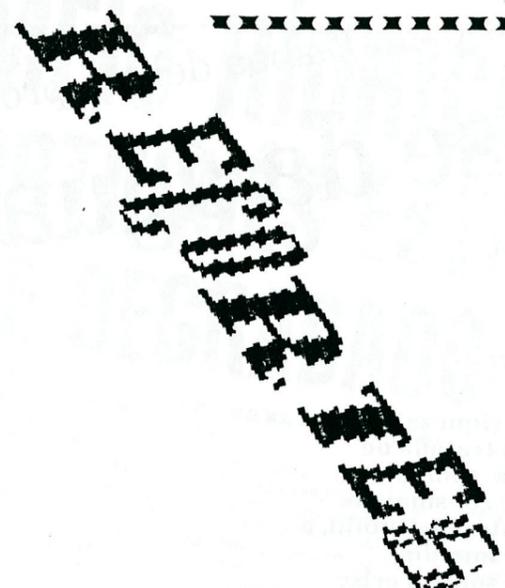
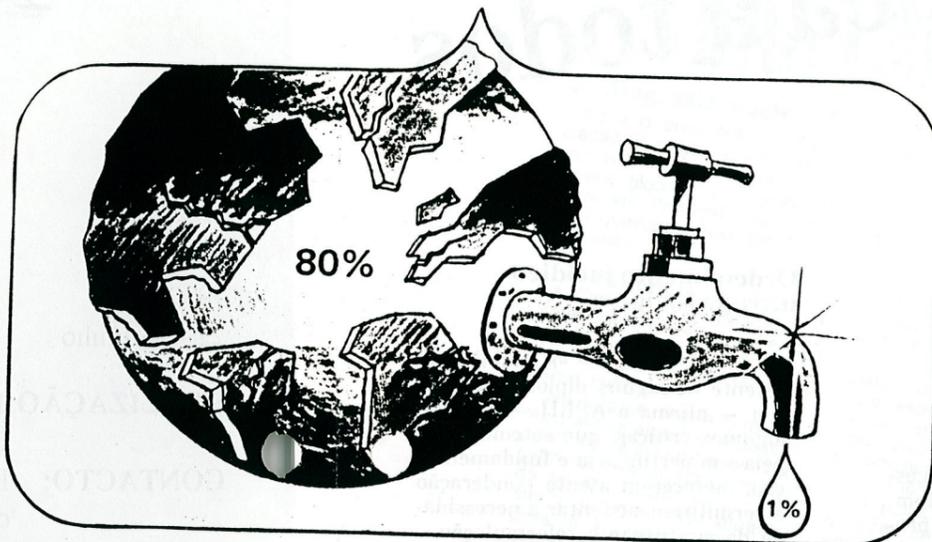
Na sua intervenção, uma espécie de resposta ponto por ponto à comunicação de João Bau — o presidente da comissão directiva da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos, entidade organizadora do seminário, que não poupou o Govern

no — o ministro afirmou reconhecer que “a água é um recurso limitado indispensável à vida”, que “a política da água é uma componente fundamental da política de ambiente” e que, para ser eficiente, terá de ser “uma política de integração”, com um “planeamento ambiental mais realista”.

“A água merece lugar de destaque numa política de desenvolvimento sustentável [o que tem em consideração os factores sociais e ecológicos a par dos factores económicos].” Acontece que em Portugal “os recursos hídricos são abundantes mas desequilibrados na sua repartição no tempo e no espaço; as cheias e secas coexistem em diferentes parcelas do território; as três maiores fontes hídricas têm origem noutro país e existem problemas significativos a nível da qualidade das águas”. Tudo isto somado — afirmou — torna difícil a gestão

O presidente da APRH criticou o Governo por estar a tentar esquivar-se a tomar a iniciativa do lançamento de acções de fomento hidráulico; por não iniciar uma modernização da legislação relativa à água — “Para quando a publicação de uma lei que revogue a Lei das Águas de 1919?” — e por ter definido no Decreto-Lei 70/90 uma listagem de taxas e coimas com montantes inaplicáveis, além de que, nesse diploma, o Governo “comete claramente uma função acessória ao Estado no desenvolvimento de acções de fomento hidráulico”.

o representante da APRH continuou depois criticando o novo quadro institucional previsto para a gestão da água em Portugal, quadro que criará o Instituto Nacional da Água, Administrações de Recursos Hídricos e Conselhos Regionais da Água. “Excessivamente centralizado, insuficientemente participado”, rotulou João Bau para sugerir: tem de haver uma “certificação institucional”, “uma cooperação entre o público e o privado”, o apoio das autarquias, dos representantes da defesa do ambiente e dos utentes.



DIÁRIO DE NOTÍCIAS 10/03/92

Só a publicação da nova Lei da Água impedirá o estrangulamento do sector

— defende técnico num congresso em Lisboa

MAIS DE MEIO MILHAR de participantes do I Congresso da Água, a decorrer na FIL, em Lisboa, ouviram, na sessão inaugural, as críticas que João Bau, presidente da Associação Portuguesa de Recursos Hídricos (APRH), fez quanto aos estrangulamentos do sector, da sua estrutura e gestão, e as respostas imediatas de Carlos Borrego, ministro do Ambiente.

João Bau recordou que “muitas críticas feitas há anos continuam a ter plena actualidade; os principais estrangulamentos identificados persistem e, mais grave, algumas medidas, tomadas nos últimos tempos e o que já se sabe de alguns projectos de diploma, justificam fundamentadas preocupações”. Em Portugal, disse João Bau, continua a constatar-se a falta de reconhecimento da água como um dos factores fundamentais para o desenvolvimento económico-social sustentável.

João Bau disse que uma política de incentivos económicos não pode “basear-se só na aplicação de taxas e coimas, ignorando tudo o que respeita a incentivos”.

João Bau criticou a estrutura centralizadora reflectida no Instituto Nacional da Água, das cinco Administrações de Recursos Hídricos (ARH) e dos Conselhos Regionais da Água.

Sector da água pode abrir ao privado

“Não é possível proceder a qualquer definição política para o sector, sem que as questões do seu financiamento e as questões do nível de intensidade de intervenção do Estado sejam perspectivadas de forma adequada”, disse Carlos Borrego. O financiamento terá, em termos gerais, origem nas receitas provenientes dos pagamentos dos consumidores, ou nos impostos dos contribuintes ou, ainda em qualquer combinação inteligente das duas formas, afirmou o ministro.

Das reformas em curso, destacou a criação do Instituto Nacional da Água e as cinco respectivas Administrações de Recursos Hídricos e as Delegações Regionais do Ministério. Carlos Borrego acrescentou que se está a preparar uma nova Lei da Água e um Código de Usos da Água e ainda a regulamentação dos princípios de utilização-pagador e poluidor-pagador. Para melhorar a articulação com a Administração Local vai ser proposto um pacto ambiental, para abarcar diversas formas de cooperação.

Crise da água toca a todos

A água é um riqueza natural que tem sido tratada de forma ligeira, com uma mentalidade consumista. Recentemente, em Dublin, a comunidade mundial debruçou-se sobre a crise dos recursos hídricos. Chegou a vez de os Portugueses fazerem o mesmo.

A ÁGUA ocupa um lugar de grande importância no conjunto dos recursos naturais do nosso País, devendo o seu aproveitamento integral e correcto considerar-se como básico para o desenvolvimento económico e social.

No entanto, há algumas décadas, a política de utilização dos recursos hídricos nem sempre levou em linha de conta os reais interesses das populações e da economia nacional. Daí que os problemas no sector sejam múltiplos e complicados.

O ministro do Ambiente, Carlos Borrego, estabeleceu como uma das prioridades da sua actuação a qualidade da água. Todos se preocupam e, por isso, a Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH) promove, entre amanhã e o dia 11, no Pavilhão dos Congressos da FIL, o I Congresso da Água.

Ainda recentemente, em Dublin, onde a reportagem do DN esteve presente no Congresso Internacional da Água e Desenvolvimento, se afirmou que se está já em plena crise da água e que se caminha para o esgotar dos recursos hídricos, caso não seja adoptada outra mentalidade, diferente da que até agora tem sido seguida. Ainda se julga que a água é um bem infinito, que tudo lava e se autodepura.

Os actuais responsáveis pela gestão da água, em Portugal, debatem-se, em primeiro lugar, com um problema de fundo: a dependência do País em relação à Espanha, no que respeita a águas das bacias hidrográficas luso-espanholas. Os acordos existentes entre os dois países dizem respeito, fundamentalmente, à divisão do potencial hidroeléctrico dos trechos fronteiriços e carecem, segundo a APRH, de renegociação urgente.

A inexistência de inventários, elaborados de forma completa e com rigor, dos recursos hídricos existentes, tanto na vertente da quantidade como na da qualidade, é uma grave limitação para uma boa gestão da água.

O mesmo se pode adiantar, diz a APRH, relativamente aos inventários das necessidades de água, que não podem deixar de ter em conta a evolução dos volumes captados e dos efectivamente consumidos para as diversas utilizações e a caracterização e previsão das cargas poluentes rejeitadas.

A Administração Pública, na problemática da água, tem uma intervenção caracterizada pela divisão de atribuições e funções por um grande número de organismos, que formam mais de um grupo independente, muito centralizados e com algumas sobreposições de competências, em vez de um conjunto harmónico articulado e com uma linha de orientação coerente.

Por outro lado, a utilização de mecanismos financeiros, de incentivo ou de penalização, como instrumento de gestão dos recursos hídricos é ainda incipiente.

Ordenamento jurídico ultrapassado

«A publicação recente de alguns diplomas provocou — afirma a APRH —, porém, algumas críticas, que se considera, pela sua pertinência e fundamentação, merecerem atenta ponderação e permitirem sustentar a necessidade da sua urgente reformulação.»

A APRH vinca que «alguns aspectos das estratégias de gestão seguidas até agora carecem de reformulação. Nomeadamente: a falta de articulação da política dos recursos hídricos com as políticas industrial, agrícola, florestal, urbanística, energética, de saúde pública e outras, no quadro de uma política de desenvolvimento regional e de ordenamento do território; a actuação preferencial sobre a promoção da oferta da água, negligenciando a gestão da procura; a centralização das decisões da Administração Central e, dentro desta, em Lisboa; a falta de uma política de incentivo à participação dos utilizadores e das populações interessadas nas decisões sobre os problemas que lhes dizem respeito».

Espera-se a presença de mais de meio milhar de participantes e cerca de cem comunicações. Paralelamente, decorrerá o Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, que conta com 400 inscrições. Em ambas as actividades participam, além de técnicos portugueses e brasileiros, ainda outros, vindos de França, Espanha, Itália, Angola e representantes das DG 11 e 12 da Comunidade Europeia, que estão ligadas ao sector da água.

Alerta
lançado
em congresso
nacional

«MEIO HÍDRICO PORTUGUÊS ESTÁ BASTANTE DEGRADADO»

Radiografia nacional

Para o presidente da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos, João Bau, «em termos globais, a situação da água em Portugal não é má, quer qualitativa quer quantitativa».

«Globalmente» — precisou a «A Capital» —, «o País tem a água de que necessita e em termos de qualidade não estamos pior do que a média dos países europeus.»

No entanto, segundo referiu, registam-se algumas situações pontuais de grande gravidade: casos do Ave, do rio Trancão e da ria de Aveiro, tudo zonas muito poluídas. «Tal situação deve-se à falta de uma adequada política de gestão da qualidade da água dos rios, a par de uma enorme concentração industrial e urbana».

Do ponto de vista da quantidade, o presidente da APRH e do Sado os principais problemas do momento, atribuindo às condições climáticas as presentes carências hídricas.

Por outro lado, João Bau reconheceu que «não estamos devidamente armados, nem em matéria de quadro legislativo nem em termos de orgânica de

gestão dos recursos hídricos, para responder à pressão crescente exercida pelos problemas decorrentes do desenvolvimento, industrialização e crescimento urbano do País».

«A política do ambiente, nomeadamente a política da água», defendeu o nosso interlocutor, «tem de ser uma política que incentive a participação dos cidadãos e concertação de todos os agentes envolvidos no sector da água, públicos e privados.»

«Abundante mas cara»

Por seu lado, o ministro Carlos Borrego resumiu a situação actual dos recursos hídricos em Portugal à existência de «água em abundância mas cara». Para o ministro, a política da água tem de desempenhar, em Portugal, um papel relevante na política do ambiente.

«Isto porque os recursos hídricos são abundantes mas desequilibrados na sua repartição no tempo e no espaço, as cheias e secas coexistem em diferentes parcelas do território, têm origem num outro país e existem problemas significativos a nível da qualidade das águas.»

Na óptica do governante, «é preciso ter consciência de que em Portugal, no quadro constitucional e legislativo vigente, o financiamento da política da água terá de ter, em termos gerais, origem nas receitas provenientes dos pagamentos dos consumidores, nos impostos pagos pelos contribuintes, ou ainda em qualquer combinação inteligente das duas».

No campo legislativo, está, entretanto, a ser preparada uma nova lei da água e um código de usos da água, além da regulamentação dos princípios do utilizador-pagador e do poluidor-pagador.

CORREIO DA MANHÃ 10/03/92

GOVERNO QUER PRIVATIZAR SECTOR DO SANEAMENTO

Afirmado no Congresso da Água

O ministro do Ambiente, Carlos Borrego, disse ontem, em Lisboa, que "o Governo está a pensar efectivar, a médio prazo, a abertura do sector do Saneamento Básico à iniciativa privada". Esta informação foi divulgada na sessão de abertura do I Congresso da Água, que se realiza na FIL, entre 9 e 11 de Março.

Actualmente, qualquer tipo de privatização, para além de inoportuna, face aos actuais níveis de serviço e aos montantes de investimento que a sua melhoria exigirá, poderia induzir a deseconomias colectivas e a desigualdades sociais».

«a Administração Central e a Local vão progressivamente transferindo tarefas específicas para a iniciativa privada, de forma a que o meio empresarial nacional se dimensione gradualmente para o cenário que se perspectiva com esta mudança».

«o Governo dará a maior atenção à preparação de uma nova Lei da Água e de um Código de Usos de Água, no sentido de beneficiar a política de gestão dos recursos hídricos que o Instituto Nacional da Água executará».

Subordinado ao tema "O Estado da Água em Portugal", o congresso, organizado pela Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH), reuniu cerca de meio milhar de participantes, alguns dos quais dos países da Comunidade Europeia e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Na sessão de abertura, compareceram, além do ministro, o

secretário de Estado dos Recursos Naturais, o vereador Rui Godinho, a presidente da comissão organizadora do congresso, o presidente da comissão directiva da APRH e o presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.

João Bau, presidente da comissão directiva da APRH, salientou que "o Decreto-Lei 70/90 traduz uma filosofia que comete uma função acessória ao Estado no desenvolvimento do que denomina de acções de fomento hidráulico e que consta sobretudo de uma listagem de coimas sem lógica nem consistência perceptíveis e com montantes inaplicáveis».

O mesmo responsável deixou no ar a questão da necessidade de revogação da Lei das Águas de 1919 e a modernização da estrutura de gestão dos recursos hídricos, que se defende venha a ser regionalizada e incentivadora da participação e da responsabilização dos cidadãos e dos utilizadores da água.

Entre os temas a debater, destacam-se: "A Qualidade da Água e o Controlo da Poluição", "As Grandes Utilizações da Água na Perspectiva do Desenvolvimento Sustentável", "A Orla Costeira", "A Gestão Integrada dos Recursos Hídricos" e "O Ensino, a Investigação e as Actividades de Consultoria».

DIFUSÃO APREH

AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL

Com a publicação do Decreto-Lei nº 186/90 sobre Avaliação de Impacte Ambiental, ficou esclarecido o quadro social e institucional de participação do público na avaliação de projectos susceptíveis de grande impacte sobre o ambiente.

Em Maio de 1992, o Instituto Nacional do Ambiente (INAMB), realizou o 3º Curso Monográfico sobre Avaliação de Impacte Ambiental, com o objectivo de preparar técnicos para o acompanhamento da elaboração e avaliação de EIA - Estudos de Impacte Ambiental e respectiva consulta do público

O curso que teve a duração de 50 horas, correspondentes a 4 módulos, incluiu uma avaliação final e atribuiu um certificado de frequência com aproveitamento.

Os temas tratados durante o curso foram os seguintes:

DATAS - Dias 8, 9, 15, 16, 22, 23, 29, 30 de Maio

DURAÇÃO - 50 horas, correspondentes a 4 módulos (sexta-feira - sábado), com cerca de 6 horas de aulas por dia.

INSCRIÇÃO - 50 000\$00

TEMAS

1. Impacte de Projectos no Ambiente
2. Procedimentos Administrativos e Quadro Legal
3. Objectivos de uma AIA
4. Metodologia Disponível

5. Estrutura Conceptual para uma AIA
6. Métodos Sócio-Económicos a utilizar em AIA
7. Tipologia de Impactes
8. Dados para a AIA
9. Exemplos de Procedimentos de AIA
10. Consulta do Público

MESTRADO E CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENGENHARIA DA REGA E DOS RECURSOS AGRÍCOLAS

Organizado pelo Departamento de Engenharia Rural do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa (DER), vai iniciar-se no próximo mês de Outubro o 2º curso de mestrado e curso de especialização em Engenharia da Rega e dos Recursos Agrícolas.

OBJECTIVOS: proporcionar, a nível de pós-graduação, uma formação especializada em engenharia da rega e uso continuado do solo e da água a engenheiros agrónomos, civis e outros licenciados; fornecer formação actualizada em engenharia da rega e dos recursos hídricos e do solo para projectistas, consultores e gestores de projectos de regadio; proporcionar meios de formação de base para jovens investigadores e docentes na área da engenharia da rega e dos recursos naturais agrícolas; contribuir para o treino de extensionistas e técnicos especialistas em engenharia da rega e tecnologias afins para apoio a instituições de agricultores e estatais.

HABILITAÇÕES DE ACESSO: licenciados em Engenharia Agrónoma Civil, Engenharia Agrícola, Engenharia Florestal, Engenharia Ambiental, Arquitectura Paisagista e áreas afins, nacionais ou estrangeiros, com classificação mínima de 14 valores.

ORGANIZAÇÃO

1º ano

a) parte escolar (Out. 92 - Out. 93)

Disciplinas obrigatórias

– Ciências de Base de Engenharia; Fundamentos de Produção Agrícola; Hidráulica Aplicada; Hidrologia; Computação e Métodos Numéricos; Condução e Programação da Rega; Métodos de Rega; Estruturas Hidráulicas e Redes de Rega; Pedologia Aplicada; Conservação da Água e do Solo; Drenagem e Controlo da Salinidade; Projecto; Avaliação de Projectos; Gestão de Projectos de Rega.

Disciplinas de Opção

Qualidade da Água e do Solo; Avaliação de Impactos Ambientais; Agricultura de Regadio; Culturas Tropicais

Nota: O número total de unidades de crédito será de 29

b) período de formação pela experimentação de campo destinado à preparação da dissertação, para os alunos candidatos ao grau de Mestre ou à formação prática e de aplicação, como parte do curso de especialização (Maio 92 - Julho 92).

2º ano - Destina-se à preparação da dissertação.

DOCÊNCIA

A regência das disciplinas e a orientação das dissertações são da responsabilidade dos professores do DER e doutros Departamentos do Instituto Superior de Agronomia ou estrangeiros.

Para outros assuntos, contactar:

Departamento de Engenharia Rural (Curso de Mestrado)

Instituto Superior de Agronomia
Tapada da Ajuda - 1399 LISBOA CODEX

Tel.: (01) 3637824/3638259 (ext. 354-358)

Fax: 351.1.3635031

II ENCONTRO NACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO E AMBIENTE

Teve lugar em Outubro de 1991 o Encontro mencionado em epígrafe.

O Ministro do Ambiente e Recursos Naturais que presidiu ao encerramento do Encontro apontou os 4 (quatro) princípios básicos em que deve assentar uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental: **Abrangência, Adequação, Continuidade, e Positividade.**

Das Conclusões do Encontro extraem-se os seguintes aspectos:

“É visível o progresso qualitativo e quantitativo na sensibilização e na prática da Educação Ambiental em Portugal.

É necessário dar um salto qualitativo na concepção e realização do próximo Encontro, de modo a proporcionar uma maior especialização dos trabalhos apresentados, particularmente no que respeita ao rigor científico e pedagógico no âmbito da Educação Ambiental.

É necessário distinguir as fases de sensibilização e de educação propriamente dita, divergindo esta última no sentido de uma contribuição efectiva para a concepção de novos sistemas de valores e de práticas e consequentes comportamentos adequados.

É indispensável e urgente a inclusão das finalidades, metodologias, e práticas da Educação Ambiental, no sistema educativo português, aproveitando os conhecimentos já adquiridos e as experiências indicadoras da crescente sensibilização, disponibilidade e sentimento de necessidade, por parte dos professores e educadores de todos os níveis de ensino.

É relevante o contributo da educação não formal designadamente através das actividades de tempos livres e de complemento curricular, clubes, etc..., que apresentam condições privilegiadas para a prática da Educação Ambiental.

É necessário evitar que os êxitos já obtidos desprezem a finalidade principal da Educação Ambiental, que é da interiorização dos conhecimentos e valores adquiridos, na formação do carácter e dos comportamentos.

É necessário fazer participar e colaborar de uma forma mais activa, a comunicação, as suas instituições e o cidadão comum, nos projectos de Educação Ambiental, sejam estes de nível local, regional ou nacional.

É necessário um maior empenhamento das autarquias locais nos projectos de Educação Ambiental considerando o papel indispensável que desempenham.

Ficou demonstrada a importância da diversidade e da interdisciplinaridade, quer nos objectivos gerais dos projectos, quer na constituição das equipas coordenadoras dos mesmos."

"EUROCOAST" Comissão Nacional Portuguesa

Da Comissão Nacional da Associação "EUROCOAST", recebemos um documento final com recomendações sugeridas pelo Seminário, realizado na Universidade de Aveiro, intitulado "A ZONA COSTEIRA E OS PROBLEMAS AMBIENTAIS"

1. INTRODUÇÃO

A zona costeira e os ecossistemas associados, de que dependem recursos naturais de elevada importância para a vida do Homem, constituem um património único mas caracterizado por extrema fragilidade perante o comportamento da sociedade humana e dos processos que a fazem evoluir.

A zona costeira faz parte do Património natural do nosso País, o qual deve ser transmitido à geração vindoura, pelo que deve ser protegida e conservada.

A degradação da zona costeira portuguesa é notória tanto que alguns dos seus indicadores (erosão acelerada das praias e recuo das arribas, poluição, ocupação habitacional caótica, etc..) mostram que ela tem crescido aceleradamente nos últimos anos.

Os processos que contribuem para essa degradação têm sido citados frequentemente, pormuitos, dada a incapacidade para os anular ou para atenuar os seus efeitos.

Mesmo, sob a pena de ser uma referência quase banal, convém lembrar os principais processos: os processos naturais dependentes da subida do nível do mar (consequência da deformação tectónica das margens dos continentes e das modificações climáticas) e os processos antrópicos (efeito de estufa que contribui para as modificações climáticas, obras portuárias salientes, erros de protecção costeira, má gestão dos espaços costeiros sob a pressão de interesses pessoais ou de grupos financeiros, redução dos volumes de sedimentos transportados pelos rios para a alimentação das praias, extracção de sedimentos costeiros para inertes e materiais industriais e consequente destruição dos sistemas dunares protectores, deficiente educação ambiental das populações costeiras fixas ou com permanência temporária (férias), má informação dos responsáveis pelas autarquias costeiras, não só sob o ponto de vista ambiental, mas também da dinâmica que condiciona o Ambiente por cuja qualidade deverão pugnar).

2. RECOMENDAÇÕES

2. 1 - Tendo em conta que os processos (naturais e antrópicos) são, na zona costeira extremamente complexos e que existem lacunas de conhecimentos com fortes implicações económicas e sociais, considera-se indispensável que no inventário dos problemas da zona costeira, no planeamento da sua ocupação, nos projectos e respectiva execução e em todas as intervenções que lhes digam respeito, se siga uma orientação pluridisciplinar que tenha em conta todos os factores em presença (científicos, económicos e sociais).
2. 2 - É de interesse para o País, inventariar e coordenar as investigações científicas da zona costeira portuguesa, com a colaboração das instituições vocacionadas e o apoio das autarquias ribeirinhas às quais os resultados das investigações interessão nas decisões de gestão dos seus recursos naturais, sua conservação e protecção.

2.3 - Um dos fenómenos, resultante da combinação de todos os processos referidos e que é muito preocupante, é o da erosão nas praias e do recuo das arribas, cujas consequências actuais devem ser inventariadas a partir de múltiplas fontes de dados (observações no terreno, comparação de cartas topográficas, de mapas antigos, fotografias de coberturas aéreas de anos sucessivos, relatórios de serviços, informações verbais de populações, etc.), incluindo os efeitos positivos e negativos, das medidas de protecção contra a erosão que têm sido tomadas.

2.4 - Porque os processos antrópicos são uma forte contribuição para os efeitos negativos referidos em 2.3 e para a degradação do Ambiente costeiro (pisoteio, acumulação de lixos, poluição do ar, das águas, etc..) à “**educação ambiental**” deve ter sido dado apreciável relevo em todos os níveis de ensino criando-se mecanismos que lhe confirmam carácter de obrigatoriedade, como uma contribuição prática para a indispensável sensibilização das populações sobre a dinâmica, protecção e conservação da zona costeira.

2.5 - Deve ser formulada a previsão das consequências, no futuro, da subida do nível do mar, em termos locais, regionais e nacionais, com a finalidade de protecção de recursos naturais, prevenção de catástrofes e obtenção de meios para estruturas de protecção civil das áreas costeiras, quando os processos se tornarem perigosos para as populações costeiras e infraestruturas.

2.6 - Como forma de garantir a salvaguarda e a perenidade dos valores naturais da zona costeira, o Estado deve manter e proteger o maior número possível de áreas costeiras ecologicamente mais importantes, para o que deve intervir com acções práticas que:

- condicionem de forma eficaz a ocupação e uso das zonas costeiras, de acordo com as diferentes capacidades e sensibilidade ecológica de cada área;
- assegurem a preservação e a protecção das áreas que assumem especial importância ecológica e paisagística, com destaque para zonas húmidas, matas nacionais e áreas de paisagem protegida do litoral, podendo para tal recorrer à aquisição dos terrenos aos particulares;

- garantem o estatuto das referidas áreas com uma fiscalização real que obrigue à aplicação do mesmo;
- travem a rápida degradação que se observa nas lagunas costeiras, nos estuários e nos sapais, promovendo em alternativa, a sua utilização em moldes ecologicamente elevados.

2.7 - Os problemas de natureza humana, económica e social dependentes da ocupação e utilização dos recursos naturais da zona costeira, originando pelos processos naturais e antrópicos, já referidos, a necessidade de garantir e salvaguardar os valores naturais da zona costeira, contrariando a artificialização da paisagem costeira, sempre que possível, justifica a criação de um grupo de trabalho constituído por um pequeno grupo de elementos (5 a 6) que sejam investigadores activos de problemas de dinâmica costeira, da sua protecção, da conservação da Natureza, e ainda de natureza social e económica.

2.7.1 - Cada elemento do grupo de trabalho poderia solicitar a colaboração, sob o seu controle, de outros elementos;

2.7.2 - Ao grupo de trabalho seriam cometidos os seguintes objectivos:

- elaborar um inventário dos problemas que afectam as zonas costeiras de Portugal, consequência dos processos naturais e antrópicos incluindo os efeitos da pressão turístico-urbanística que estão a acelerar a destruição dos valores naturais da zona costeira, enquadrando-os nos problemas existentes a nível mundial, com recurso aos estudos publicados neste domínio;
- seleccionar os problemas que assumem maior gravidade e identificar áreas críticas;
- propor uma metodologia de actuação com vista à resolução dos principais problemas identificados, definindo prioridades de actuação a curto, médio e longo prazo, tendo em conta os condicionamentos de carácter técnico e económico e o enquadramento legislativo existente;
- propor alterações da legislação com vista à optimização da gestão da zona costeira e à resolução dos problemas identificativos.

2.7.3 - O grupo entregaria um relatório ao fim de 12 meses de trabalho, a partir principalmente da observação no terreno e discussão dos principais problemas da zona costeira portuguesa, o qual incluiria recomendações sobre os mesmos problemas;

2.7.4 - O grupo de trabalho dependeria do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, a quem competiria contactar outros Ministérios com competência sobre os vários domínios da zona costeira.

2.8 - Ao Ministério do Ambiente e Recursos Naturais deverão ser dadas competências quanto à gestão e ordenamento da zona costeira, incluindo a revisão e modernização da legislação vigente (Reserva Ecológica Nacional, Decreto-Lei 302/90) adaptando-as aos padrões europeus e aos resultados das investigações científicas nos vários domínios, em curso, na zona costeira de Portugal.

Aveiro, Dezembro de 1991
A Comissão Organizador

MESTRADO EM PLANEAMENTO REGIONAL E URBANO

Em Outubro de 1992, iniciar-se-à o curso de Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, cujos objectivos incluem uma preparação pós-graduada de docentes universitários e técnicos ligados ao Planeamento e Ordenamento do Território, a nível Regional e Local, quer na Administração Pública, quer nas Empresas.

Nos termos da Portaria nº 857/82 podem candidatar-se licenciados em Engenharia, Economia e Gestão, Arquitectura, Sociologia e outras áreas afins.

Em Maio/Junho, realizar-se-à um módulo preliminar intensivo em data a fixar.

Para mais informações contactar:

Manuela Santos - Mestrado em Planeamento Regional e Urbano
Lisboa - Tel.: (01) 8472168

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

A Fundação Calouste Gulbenkian abriu concurso para atribuição de bolsas de curta duração (1 a 3 meses), a cidadãos portugueses cuja deslocação ao estrangeiro seja imprescindível para a prossecução de trabalhos de doutoramento ou investigação em áreas de ponta.

Prazos de inscrição:

Até 31 de Agosto de 1992 - para o início da bolsa previsto entre 16 de Novembro de 1992 a 31 de Janeiro de 1993;

Até 15 de Novembro de 1992 -- para o início da bolsa previsto entre 1 de Fevereiro e 30 de Abril de 1993.

Para mais informação contactar:

Serviço de Bolsas ou Serviço Internacional da Fundação Calouste Gulbenkian
Av. de Berna, 45-A - 1903 LISBOA CODEX
Tel.: (01) 7935131; 7930106; 7936595; 7934068

FUNDAÇÃO LUSO-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO FLAD

Bolsas de Estudo no Estrangeiro da FLAD

A Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, no seu programa de formação académica de longa duração, receberá pedidos de candidatura de bolsas de estudo para obtenção de mestrado ou doutoramento no estrangeiro para o próximo ano lectivo de 1992/93.

As candidaturas deverão ser acompanhadas de declarações comprovativas do interesse das instituições portuguesas em que os candidatos trabalhem ou venham a trabalhar uma vez obtido o grau académico e serão endereçadas à Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, em carta enviada pelo correio, sob registo, ou directamente na sede da Fundação, Rua do Sacramento à Lapa, nº21, 1200 Lisboa.

Os requisitos exigidos são tradução de uma orientação que pretende essencialmente reforçar quatro aspectos; - privilegiar áreas científicas com maior impacto no desenvolvimento; incremento das relações entre universidades portuguesas e norte-americanas; - maior ligação entre as universidades e o tecido empresarial; participação dos bolsiros, ainda que numa forma muito atenuada, nos encargos com as respectivas formações. Os requisitos para obtenção de bolsas são os seguintes:

- Não estarem os candidatos abrangidos pelo Programa CIÊNCIA.
- Só serão consideradas bolsas para pós-graduação beneficiando candidatos vinculados a universidades, outras instituições de interesse público, ou empresas com quadros nas áreas a seguir mencionadas.
- Serão consideradas prioritariamente as áreas seguintes: Engenharias, Ciências Aplicadas (Física, Química, Biologia), Ciências Agrárias e Veterinárias e Gestão.
- Os bolsiros, no momento da candidatura, deverão já ter sido aceites pela instituição que pretendem frequentar e, obviamente dominar o idioma em que pretendam realizar os seus estudos.
- Será dada forte preferência a solicitações de bolsas para instituições norte-americanas.
- Será igualmente, dada preferência a quem já tenha outros patrocínios e, por consequência, necessite, somente, de um complemento.
- O equivalente a 20 por cento do valor da bolsa revestirá a forma de empréstimo em condições a estabelecer
- Mais informações sobre os elementos para instituir o processo, bem como os boletins de candidaturas e as condições de atribuição, serão colhidas na sede.

INVESTIGAÇÃO EM BIOLOGIA

No Instituto de Ciências da Vida e Química da Universidade de Roskilde, na Dinamarca, estão disponíveis oportunidades de colaboração com Portugal nas seguintes áreas de Biologia (listadas em inglês):

1. Biochemical studies on mutagenetic and carcinogenic effects of polyaromatic components and other chemicals;
2. Biotechnology: use of immunochemical methods (ELISA-techniques Western Blotting, immunoaffinity) in the following areas:
 - 2.1. For understanding and elucidation of germinal processes of important seeds;
 - 2.2. Estimation of toxic chemical in sewage;
 - 2.3. For tracing infectious agents (vira, bacteria) in medical and veterinary medicin;
 - 2.4. For characterization of algae and insects;
3. Biotechnology: Use of assay and cytotoxicity as a complement to animal toxicity screening.

Contacto:

Prof. Eigil Preatgaard or Jorgen Clausen Roskilde University Institut for Life Science and Chemistry Postbox 260 - DK-4000 Roskilde, Denmark
Tel.: (45) 4657711 - Telefax: (45) 46757401

COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA PORTUGAL/BRASIL

A JNICT assinou a 12 de Dezembro último um Acordo de Cooperação Científica e Técnica com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), no Brasil.

Esta cooperação assumirá essencialmente a forma de projectos conjuntos, em qualquer área do conhecimento bem como o intercâmbio de cientistas, cabendo à parte de origem as despesas de transporte e a parte visitada as despesas de estadia.

A FAPESP receberá propostas de entidades brasileiras interessadas nesta cooperação e a JNICT receberá propostas portuguesas para o mesmo efeito.

As propostas de projectos a apoiar no âmbito deste Acordo deverão conter indicação clara das instituições (públicas e/ou privadas envolvidas), dos objectivos a atingir, o programa de trabalho, cronograma e encargos financeiros e deverão ser acompanhadas do C.V. dos investigadores responsáveis.

O concurso para recepção de candidaturas encontra-se aberto todo o ano.

Para mais informações contactar:
JNICT/SCRI (Dr.^a Conceição Santos Silva)
Av. D. Carlos I - 126 . 1º, 1200 LISBOA
Telef.: 3979021/9



**BANDEIRA AZUL
DA EUROPA**

CAMPANHA DE 92 EM FASE DE PREPARAÇÃO

A Campanha Bandeira Azul da Europa foi lançada em 1987, durante o Ano Europeu do Ambiente, por iniciativa da Fundação para a Educação Ambiental na Europa (FEEE) com o patrocínio da Comissão das Comunidades Europeias.

Dentre os objectivos da campanha contam-se o de aumentar o grau de sensibilização acerca dos problemas ambientais do meio marinho e costeiro e da necessidade de o proteger.

A Bandeira Azul da Europa para as Praias (BAEP) é atribuída anualmente às que a ela se candidatam e que cumpram um conjunto de condições, que vão desde um elevado padrão de qualidade da água, à realização de actividades de Educação Ambiental, passando pela limpeza e segurança da praia.

As candidaturas são analisadas pela Comissão Nacional para a BAEP, que o INAMB integra desde 1989 e, após uma avaliação e selecção, são enviadas para a Comissão Europeia que dá o veredicto final.

A Bandeira Azul é um certificado de qualidade que depende de todos, desde os organismos oficiais com competências sobre as praias, aos concessionários e utentes, através do seu comportamento.

Frequentemente as autarquias referem a impossibilidade de manter limpa uma praia na qual os banhistas não demonstram quaisquer cuidados quanto à higiene e limpeza da mesma. Infelizmente, continua a haver um grande desconhecimento das consequências que um mau comportamento ambiental pode acarretar não só para o meio natural, como para o próprio Homem.

Tentando resolver e evitar uma série de problemas de que o nosso litoral enferma, cada praia candidata à BAEP deverá ser alvo de 5 actividades de E.A. dentro de uma vasta gama de possibilidades.

No entanto, verifica-se que têm existido por parte de algumas autarquias, dificuldades no seu desenvolvimento, principalmente por escassez de meios humanos qualificados.

Deste modo, e pelo 3º ano consecutivo, o INAMB programou um curso de Formação em Educação Ambiental, destinado aos responsáveis pelo planeamento e realização dessas 5 actividades o qual teve lugar em Lisboa, de 6 a 10 de Abril de 1992.

Durante as várias campanhas da BAEP em que o INAMB tem participado, tem sido sugerido às autarquias que contactem os responsáveis por associações de defesa do ambiente, grupos de juventude (Escuteiros...), ou mesmo escolas, para saberem de projectos ou ideias que possam vir a ser apoiados e realizados no âmbito da BAEP.

Câmaras há, que aproveitando a sugestão e com algum êxito, levaram a efeito actividades muito interessantes e participadas não só pela população escolar, como pelo público em geral.

É certo que durante a época balnear, as escolas já encerraram as suas portas, mas se bem sensibilizadas e apoiadas, as nossas crianças e jovens podem fazer trabalhos muito interessantes durante o ano lectivo, que poderão ser mostrados aos banhistas.

A título de exemplo, exposições mostrando a fauna e a flora da zona, levantamentos dos problemas ambientais, trabalhos realizados com o lixo encontrado nas praias antes da época balnear e até jogos e peças de teatro ambientais, que em tempo de férias possam ser desenvolvidos nas praias pelos estudantes ou por animadores, poderão constituir sugestões.

Para além disso, é importante a divulgação, entre a população estudantil, do significado da BAEP e do código de conduta que os banhistas devem observar em todas as praias, mas em especial naquelas em que foi atribuída a B.A.

Certamente, as autarquias não irão deixar de contactar as escolas, associações de defesa do ambiente, ou outras existentes na faixa litoral para lhes solicitar ideias e, simultaneamente, lhes fornecer apoio, quanto a actividades susceptíveis de serem realizadas nesta campanha.

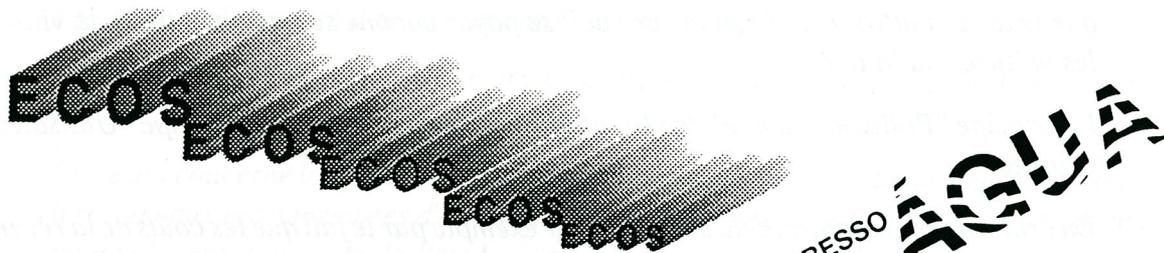
Também aquelas poderão dirigir-se às autarquias apresentando as suas sugestões e propostas de trabalho visando a melhoria do ambiente marinho e costeiro.

Também nós como cidadãos devemos assumir um papel efectivo na defesa do ambiente no litoral, especialmente nas praias com B.A. Esse objectivo será atingido:

- cumprindo as normas da BAEP e zelando pelo seu cumprimento;
- participando e/ou desenvolvendo actividades de informação e E.A. em colaboração com os responsáveis locais;
- informando-se e exigindo informações sobre o ambiente marinho e costeiro e a BAEP;

- exigindo a qualidade da praia e o cumprimento de todos os critérios, denunciando qualquer irregularidade a esse nível.

(Fonte: Educação Ambiental - INAMB)



Transcrevemos, pela sua particular importância, a comunicação apresentada na mesa redonda "Políticas de Gestão de Recursos Hídricos" que teve lugar durante o 1º Congresso da Água elaborada pelo representante oficial da CEE ao Congresso.

"POLITIQUE DE GESTION DES RESSOURCES
EN EAU AU NIVEAU DE LA CEE"

(Congrès "Estado da Água em Portugal")

A. Piavaux

I. INTRODUCTION

Il est exact comme l'a écrit Monsieur CORREIA, Mário Lino, dans la communication "Ambiente, Desenvolvimento e Qualidade de Vida" (thème A - "As Grandes Utilizações da Água na Perspectiva de um Desenvolvimento Sustentável"), que le terme "Environnement" ne paraît pas dans le Traité qui a fondé la Communauté Européenne en 1957.

Mais il est vrai aussi qu'on n'a pas attendu l'insertion de ce terme dans le nouveau Traité (Acte unique), adopté en 1987, pour développer une politique communautaire de protection de l'Environnement: dès 1973, suite aux conclusions du Conseil Européen (Chefs d'Etat et de Gouvernement) de Paris en 1972, le Conseil des Ministres des Communautés Européennes a adopté de Premier Programme Quinquennal pour la protection de l'Environnement. Et on attend pour ce prochain 23 mars l'adoption du Cinquième Programme, qui aurait du débiter au 1er janvier.

Ces programmes décrivent les actions que la Commission entend proposer au Conseil pour les années à venir. Mais ils énoncent aussi les principes sur lesquels ces actions sont fondées.

II. PRINCIPES D'ACTION

Sans vouloir être exhaustif, je voudrais insister ici sur certains de ces principes.

1. LE PRINCIPE "POLLUEUR- PAYEUR"

Il apparaît dès 1973. Mais peut-être en matière de protection des eaux, n'a-t-il pris sa véritable signification qu'en janvier dernier à DUBLIN, où des experts préparant la réunion de la CNUAD de RIO DE JANEIRO en juin prochain, ont considéré que l'eau était un bien qui a une valeur économique, et donc devait être payé comme tel. Cela signifie non seulement que celui qui pollue l'eau doit compenser le dommage, mais aussi que le droit à utiliser de l'eau propre doit se payer comme se payent le train, la viande, les voitures ou la télé.

Le principe "Pollueur-Payeur" tend donc à devenir de plus en plus le principe "Utilisateur-Payeur".

En droit communautaire, cela se traduit par exemple par le fait que les coûts de la récente directive sur les eaux urbaines résiduaires (91/271) devraient d'abord être assumés par les consommateurs.

2. LE PRINCIPE DE SUBSIDIARITÉ

C'est surtout récemment au sommet de MAASTRICHT (décembre 1991) que ce principe a été évoqué au point de vue de l'environnement. Mais à Dublin encore, les mêmes experts déjà cités l'ont repris: une protection efficace de l'environnement exige que les mesures soient prises au niveau le plus bas possible, local, régional, puis national et international.

Au niveau communautaire, cela signifie que des mesures ne seront prises par la Communauté que lorsque les problèmes sont internationaux, ou que lorsque les mesures nationales ne sont pas suffisantes.

3. LE PRINCIPE DE PRECAUTION

Comme le précédent, ce principe n'a été élaboré que dans les dernières années, à ma connaissance lors de la deuxième Conférence de la Mer du Nord à Londres en 1987.

Selon ce principe, il ne faut pas attendre que l'on ait une certitude scientifique quant à l'origine d'un problème avant de prendre les mesures adéquates pour le résoudre.

Pour la Commission c'est un excellent principe, qui nous met à l'abri de critiques usuelles selon lesquelles nos propositions ne sont pas fondées scientifiquement. Outre que cela est faux, ce principe, appliqué à la lettre, nous permettrait de le faire.

III. LA POLITIQUE COMMUNAUTAIRE DE PROTECTION DES EAUX DE 1973 À 1988.

De 1973 (Premier Programme Quinquennal) à 1988 (voir Infra), la politique de la communauté Européenne pour la protection des eaux a suivi deux grands axes:

- 1. La protection contre les substances dangereuses d'origine ponctuelle (industrielle).*
- 2. La fixation d'objectifs de qualité pour les eaux selon leur utilisation.*

1. SUBSTANCES DANGEREUSES

La Directive 76/464/CEE vise à protéger les eaux contre la pollution d'origine industrielle.

Dans la ligne de STOCKHOLM 1972 et des Conventions de PARIS et d'OSLO, elle a défini deux listes de substances (I et II ou noire et grise).

La liste I comprend les substances les plus dangereuses pour l'environnement, notamment le mercure, le cadmium, les organohalogènes, les PAH et les substances cancérigènes.

Pour ces substances, le but est d'éliminer la pollution (émission zéro), et à cette fin c'est le Conseil des Ministres qui fixe les valeurs limites de concentration dans les rejets et les objectifs de qualité à respecter dans les eaux réceptrices.

Des mesures ont ainsi été prises entre 1982 et 1990 pour 17 substances dont le mercure, le cadmium, des pesticides et des solvants chlorés.

En ce qui concerne la liste II (substances moins dangereuses ou dont l'impact est limité), il revient aux Etats membres d'élaborer des programmes de réduction. Il est bon de noter ici que les substances de la liste I pour lesquelles le Conseil n'a pas statué, figurent en liste II!

2. OBJECTIFS DE QUALITÉ

Dans ce deuxième axe, des objectifs de qualité sous forme de paramètres physico-chimiques à ne pas dépasser ont été fixés par le Conseil pour cinq catégories d'eaux, selon l'usage qu'on en fait. Ce sont:

- les eaux superficielles destinées à la consommation humaine (75/440/CEE);
- en conséquence, les eaux potables (80/778/CEE);
- les eaux de baignade (76/160/CEE);
- les eaux piscicoles (76/659/CEE);
- et les eaux conchylicoles (79/923/CEE).

Certaines de ces directives, dont la directive eaux potables, sont actuellement en révision. Il est intéressant de noter ici que ces directives sont en révision, parce que certains paramètres qui visaient à une haute protection ne peuvent être respectés, suite par exemple aux pratiques agricoles!

Il est remarquable que la politique de protection des développées pendant cette période n'a pratiquement pas visé la quantité de la ressource.

IV. UNE POLITIQUE POUR LES ANNÉES 1990

Après 15 ans de développement d'une certaine politique, il était bon de faire le point. À cette fin, les ministres de l'Environnement et le Commissaire Européen se sont réunis à Francfort en juin 1988, à l'initiative de la Commission et de la Présidence Allemande du Conseil. Ils y ont défini les grandes lignes d'une politique communautaire pour la protection des eaux.

Ces grandes lignes peuvent se résumer comme suit:

1. Toute politique de protection des eaux doit être une politique intégrée, c'est-à-dire intégrant l'ensemble du cycle de l'eau et devant être intégrée à toute autre politique sectorielle (agriculture, pêche, industrie,...).

2. Une attention particulière doit être portée aux sources diffuses de pollution par les nutriments, azote et phosphore, responsables de l'eutrophisation des eaux marines (Mer du Nord, Adriatique) et douces (lacs, Po, estuaires divers).
3. L'approche industrielle substance par substance, n'est pas suffisante. Une approche intégrée, secteur par secteur s'impose en parallèle.
4. Il faut promouvoir une politique visant à un niveau de protection élevé, à une haute qualité écologique.

La Commission était évidemment chargée de mettre ces "grandes lignes" en oeuvre. Nous nous sommes mis à la tâche et déjà deux directives ont été adoptées par le Conseil en 1991. Toutes deux visent la protection de la pollution par les nutriments. Il s'agit des directives concernant le traitement des eaux urbaines résiduaires (91/271/CEE) et la protection contre la pollution par les nitrates d'origine agricole (91/676/CEE)

Selon la première de ces directives, toutes les agglomérations de plus de 2000 équivalent-habitants devront être équipées de stations d'épuration avant la fin de l'année 2005. Mais pour les villes de plus de 10 000 équivalent-habitants situées en zone sensible, l'échéance vient tôt: 31 DECEMBRE 1998! C'est ici que j'attache de l'importance au principe du pollueur-payeur: la construction de ces stations d'épuration et particulièrement des systèmes de collecte dans le sud de la Communauté va revenir très cher. Nos Ministres faisant sans doute confiance à la population, c'est-à-dire à chacun d'entre nous, se sont engagés, nous ont engagés, à payer le prix.

La directive "Nitrates" quant à elle, vise la seconde source de nutriments: l'agriculture. Elle limite l'utilisation de lisier en provenance des élevages de type industriel et celle d'engrais chimique, en fixant des normes devant tenir compte de la quantité d'azote déjà présente dans le sol et des besoins des plantes.

Ainsi, après les citoyens, une autre catégorie de citoyens européens seront responsabilisés quant à la protection de l'environnement.

La troisième catégorie, l'industrie est également visée: les services de la Commission, dans la ligne de Francfort, préparent actuellement une nouvelle proposition de directive sur les rejets de l'industrie de la pâte à papier et étudient les domaines des solvants chlorés dans l'industrie textile, et l'industrie pharmaceutique.

Dans l'optique de Francfort, reste à concrétiser l'approche intégrée. Nous y travaillons aussi selon deux axes:

- a) l'approche écologique à laquelle il a été fait mention dans les communications B7 et B8

Dans quelques semaines, et j'espère toujours sous présidence portugaise, notre proposition sera sur la table du Conseil.

Elle est neuve par rapport aux directives antérieures en ce qu'elle considère le système aquatique de la Communauté comme un écosystème qui inclut les compartiments eau-sédiments-interfaces terre-eau, et en ce qu'elle met l'obligation juridique, non sur l'obtention des résultats (trop aléatoires parce que dépendant de trop de paramètres incontrôlables) mais sur la mise en oeuvre des moyens. Les autres originalités de cette proposition avant été très bien soulignées hier sous le thème B (communication B8) je n'en dirai pas plus ici.

b) Enfin, il semble que nos Ministres ont pris goût aux séminaires informels. Après Francfort en 1988, ils se sont réunis de la même manière à LA HAYE en novembre 1991, pour se consacrer au seul thème des eaux souterraines. Il est vrai que jusqu'à présent, sauf une directive en 1979, ce thème n'est pas couvert par la législation communautaire et que trois à quatre dernières années nous ont laissés sur un bilan hydrique négatif.

Les conclusions de ce dernier séminaire ont été officialisées dans une résolution du Conseil du 25 février dernier. Elles rencontrent aussi l'aspect "intégré" voulu à Francfort.

Je cite:

- *l'eau souterraine est une ressource naturelle qui a une valeur écologique et économique...*
- *ses ressources sont limitées et doivent donc être gérées et protégées sur une base durable...*
- *elle doit être protégées contre la surexploitation, le contre-coup des activités humaines et la pollution.*

En conséquence, en première priorité (c'est moi qui souligne et non les Ministres), il faudra:

- *introduire des systèmes de planification regardant les droits et des priorités d'usage et d'activités économiques visant à la protection des eaux souterraines;*
- *établir des systèmes d'autorisation avec amende à la clé, concernant la production, l'usage, le stockage, le traitement ou le transport de substances dangereuses.*
- *établir des règles générales pour le dépôt des déchets (déjà en discussion au Conseil);*
- *interdire les rejets directs;*
- *développer des programmes de recherche sur la gestion, la protection, la vulnérabilité et le modélisation du comportement des aquifères, tels que présentés pour le Portugal, dans la communication B3;*
- *et enfin, et peut-être et surtout, promouvoir une utilisation efficace de l'eau par tous les secteurs importants incluant le recyclage et la réduction de la consommation.*

Ces deux derniers mots "recyclage et réduction" me semblent, Monsieur le Président, les deux seuls mots-clefs qu'il faille retenir pour que nos enfants puissent encore courir le long de ruisseaux propres.

Monica Ferreira do Amaral Porto -Directora

Engenheira do Centro tecnológico de Hidráulica, DAEE-USP. Professora da Escola Politécnica da USP. Formada em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da USP e Mestre pela mesma escola na Área de Recursos Hídricos. É actualmente responsável pelo Boletim da ABRH.

CONSELHO FISCAL

**Ailton de Mesquita Vieira, Fabio Ramos, Henrinides Coimbra, Marcos Imério Leão,
Miriam Rebelo Martins, Sérgio Eiger**

LISTA DE NOVOS ASSOCIADOS

MEMBROS SINGULARES

- 981 - José António R. Antunes
- 982 - Paulo Jorge da Silva Linhares
- 983 - Maria Dolores Faria Campião
- 984 - Joaquim Santana Moreira Freire
- 985 - José Francisco Carvalho
- 986 - Manuel de Jesus F. Morais
- 987 - Manuel José P. M. de Oliveira
- 988 - Fernando Peixinho de Cristo
- 989 - João José M. Mora Porteiro
- 990 - Maria Gesuína R. Duarte Flores
- 991 - Mariano F. M. Craveiro Barroso
- 992 - António Pedro Dias Machado
- 993 - Sandra M^a V. da Costa Vargas
- 994 - Carlos Eduardo Vargas Lopez
- 995 - Aníbal Ferreira Machado
- 996 - Albano Tomás da F. Duarte
- 997 - Carlos Alberto Mineiro Aires
- 998 - Emílio Fernando Bróqueira Dias
- 999 - José Carlos Vau de M. M. Belo

- 1000 - Maria Alice F. Ramos e Ortiz
- 1001 - Maria Filomena F. C. L. Seabra
- 1002 - Graça Maria de Bettencourt J. Calado
- 1003 - Maria Helena Moniz T. Gago da Câmara
- 1004 - Aníbal Joaquim Gaspar Morgado
- 1005 - Manuel Joaquim Guia Marques
- 1006 - Regina Maria Vitorino Ferreira Lobo
- 1007 - Luís Fernando Loureiro Tavares
- 1008 - Honorato Carlos Lopes Carvalho
- 1009 - Rui José Raposo Rodrigues
- 1010 - Tomás D'Aquino F. Rosa de Figueiredo
- 1011 - Júlio Fernando Ferreira da Silva
- 1012 - Alexandre D'Orei Cancela D'Abreu

MEMBROS COLECTIVOS

- 148 - MARSILOP - Construção Martins & Ferreira da Dilva, Lda
- 149 - INOVA - Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores

ESPAÇO EUROPEU

COMISSÃO APRESENTA PROGRAMA PARA 1992

No passado dia 12 de Fevereiro, a Comissão apresentou ao Parlamento Europeu as grandes linhas do seu programa de trabalho para 1992, o último ano antes da realização do mercado interno e o primeiro da etapa que se lhe segue, e que é a da concretização dos objectivos definidos no Conselho de Maastricht.

Em 1992, a Comunidade pretende dar o seu melhor contributo à Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente, que terá lugar em Junho, no Rio de Janeiro, esforçando-se nomeadamente por concluir as grandes convenções internacionais que estão relacionadas com esta Conferência.

No domínio da investigação e desenvolvimento, a Comissão proporá uma revisão do 3º Programa-quadro e avançará com a preparação do 4º programa.

COMUNIDADE APOIA RENOVAÇÃO URBANA

Depois de Marselha, de Londres, de Madrid e de várias outras cidades, algumas zonas degradadas de sete novas cidades europeias vão ser objecto de uma ajuda da Comunidade Europeia.

A Comissão decidiu consagrar a esta operação um montante de 22 milhões de ecu, que cobre cerca de 60% do custo total dos vários programas de reabilitação em causa.

Os projectos visão essencialmente renovação urbana em Leão, Copenhague e Aalborg (Dinamarca); a renovação dos centros históricos em Lisboa e Salónica (norte da Grécia); a protecção do ambiente em Belfast (Irlanda do Norte); a exploração de uma tradição local - a cerâmica - em Stock (Inglaterra).

Estas realizações locais poderão servir de modelo a projectos semelhantes noutras cidades com problemas idênticos.

(Fonte: Telex 12 - Comissão das Comunidades Europeias)

400 BOLSAS PARA INTERCÂMBIO DE PROFESSORES

No ano lectivo de 1992/93 serão concedidas pela Comissão 400 bolsas destinadas a favorecer o intercâmbio de professores na Comunidade Europeia. Esta acção visa simultaneamente contribuir para a formação contínua dos professores, criar laços de cooperação entre os estabelecimentos escolares e sensibilizá-los para a dimensão europeia da educação.

Os beneficiários deverão participar durante pelo menos três semanas na vida académica do estabelecimento de ensino de acolhimento ou realizar projectos pedagógicos.

As candidaturas para estes intercâmbios de professores deverão ser apresentadas pelos directores dos estabelecimentos que pretendem criar ou reforçar laços com estabelecimentos de ensino doutros

Estados-membros da Comunidade. As candidaturas individuais que não se inscrevem num projecto de cooperação inter-escolar não serão consideradas.

As candidaturas devem ser apresentadas junto das estruturas designadas para o efeito em cada um dos Estados-membros; em Portugal devem ser enviadas a:

Dra. Margarida Belard

Coordenadora Nacional do Programa Dimensão Europeia na Educação, Ministério da Educação
Av. 5 de Outubro, 35-7^o — 1000 Lisboa

(Fonte: Telex 12 - Comissão das Comunidades Europeias)

AS GRANDES DECISÕES DE MAASTRICHT

- Transformação da Comunidade numa união europeia.
- Moeda única—o ecu—o mais tardar a partir de 1 de Janeiro de 1999
- Criação de um fundo de coesão para ajudar a protecção do ambiente e a modernização dos transportes em Espanha, na Grécia, na Irlanda e em Portugal — a partir de 31 de Dezembro de 1993.
- A partir de 1 de Janeiro de 1993, em princípio:
 - uma cidadania da união para os cidadãos europeus;
 - uma política de defesa dos consumidores;
 - uma política social a onze - sem o Reino Unido;
 - uma política externa e de segurança comum que poderá vir a dar origem a uma política de defesa comum;
 - competências comunitárias em matéria de energia e de saúde pública;
 - um alargamento dos domínios onde a decisão pode ser tomada por maioria (e não por unanimidade), nomeadamente os do ambiente e da política social;

— mais poderes para o Parlamento Europeu, em particular nos domínios do ambiente, da investigação e dos grandes equipamentos.

POLUIÇÃO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

A Comunidade Europeia vêm-se ocupando desde 1976 com a prevenção e a redução da poluição das águas subterrâneas, nomeadamente através da elaboração de disposições aplicáveis às descargas directas e indirectas de certas substâncias perigosas. A legislação comunitária em vigor mostra-se no entanto, insuficiente para preservar a qualidade dos lençóis freáticos europeus. Foi essa a razão de um seminário organizado por iniciativa dos Países Baixos, que reuniu os ministros do Ambiente dos Doze e o Comissário responsável pelo ambiente, Carlo Ripa di Meana.

Os relatórios apresentados na conferência revelaram uma situação mais do que alarmante, como é indicado por exemplo pela conclusão de um deles: “mesmo que fossem tomadas medidas nos próximos anos, seriam necessários séculos para reencontrar uma situação normal”. Os ministros decidiram por isso reagir e adoptar um programa de acção com 22 pontos. Além disto, solicitaram à Comissão que antes de meados de 1993 apresente as propostas necessárias para a sua concretização.

Na declaração final emitida pela conferência ministerial recomenda-se nomeadamente que seja elaborada antes de 1995 uma carta precisa dos sistemas aquíferos subterrâneos, que permita ter um conhecimento exacto daqueles que estão poluídos e sobre-explorados. Os ministros não excluíram a eventualidade de sanções contra os responsáveis pela poluição e definiram normas e medidas destinadas a uma utilização racional, económica e não poluente das águas subterrâneas ameaçadas. Essas medidas, que incluem uma verdadeira política dos resíduos urbanos destinada a acabar com as descargas selvagens, deverão ser aplicadas até ao ano 2000 em toda a Comunidade.

(Fonte: Telex 12 - edição do Gabinete da Comissão das Comunidades Europeias)

AMBIENTE E FISCALIDADE

O instrumento fiscal pode ter um papel importante na protecção do ambiente após esgotado o recurso a todos os outros meios de acção. O importante é uma verdadeira modernização da tributação favorável ao ambiente. É, no entanto necessário ter simultaneamente em atenção a protecção do ambiente e a competitividade da indústria comunitária.

Num discurso pronunciado em França, Christiane Scrivener, Comissária europeia responsável pela Fiscalidade, recordou as orientações da Comissão em matéria de utilização dos impostos com o objectivo de preservar o ambiente. O recurso a este meio explica-se pelo sentimento de que a eficácia da acção regulamentar está em vias de se esgotar com a multiplicação das normas e as constantes modificações das mesmas. Os impostos permitem agir sobre os preços e, portanto, inflectir os comportamentos de uma forma que muitas pessoas consideram bastante mais eficaz do que os outros meios. Mas, em vez da criação de novos impostos, a Comissária privilegia o recurso aos incentivos fiscais, como é o caso, por exemplo, da prática seguida em relação à gasolina sem chumbo pela maioria dos países da Comunidade.

O instrumento fiscal deve ser manipulado com precaução, de forma a evitar, quer a compartimentação do mercado comunitário, quer prejudicar a competitividade internacional da indústria da Comunidade. Christiane Scrivener sublinhou que até agora nenhum dos grandes parceiros da Comunidade decidiu ainda criar um imposto sobre o gás carbónico (CO₂) apesar da mobilização internacional na luta contra o efeito de estufa.

A Comunidade, aliás, já tomou ou previu tomar várias iniciativas em matéria de fiscalidade do ambiente: para além da diferenciação fiscal em benefício da utilização da gasolina sem chumbo, já aprovada pelo Conselho e que entrará em vigor em 1 de Janeiro de 1993, a Comissão Europeia propôs várias outras medidas no domínio das taxas de circulação e pensa ainda propôr outros incentivos fiscais a favor dos combustíveis de origem agrícola os bio-combustíveis.

A Comissão adoptou por outro lado recentemente um estudo aprofundado sobre o efeito de estufa que

será transmitido ao Conselho para análise. Esse estudo refere a possibilidade de ser criado um imposto sobre a energia e sobre o CO₂, mas privilegia as medidas não fiscais como a regulamentação, a substituição entre energias, a informação ou a investigação. Não está por fim excluída a criação de um imposto, mas a sua concepção seria diferente, uma vez que visaria não colectar receitas mas desencorajar comportamentos.

(Fonte: Telex 12 - edição do Gabinete da Comissão das Comunidades Europeias)

RELATÓRIO "EUROPA 2000"

Será que nos anos que nos separam do ano 2000 as pressões provocadas pelos desequilíbrios económicos e geográficos entre o centro próspero e o resto da Comunidade serão de molde a encorajar uma mobilidade das actividades económicas e dos empregos para uma melhor localização das mesmas?

É a esta questão que o relatório "Europa 2000 - As perspectivas do território comunitário", adoptado pela Comissão Europeia, tenta dar uma resposta. Ele começa por indicar que a população da Comunidade se deverá manter ao seu nível actual de 340 milhões de habitantes, ao passo que fora dela prosseguirá o crescimento demográfico.

O relatório "Europa 2000" faz também uma análise pormenorizada dos problemas ambientais. Actualmente a Comunidade é responsável pela emissão de mais de 700 milhões de toneladas de gás carbónico, ou seja, 13,5% da combustão mundial. Na redução do seu nível consideram os autores do relatório que se deveria aplicar o princípio do "poluidor/pagador". Aqueles mostram-se neste contexto também preocupados com a subida do nível do mar (que segundo as estimativas será de entre 8 e 29 cm até ao ano 2030) e com o perigo que esse fenómeno representa para certas regiões costeiras situadas a baixo do nível do mar, como é por exemplo o caso de Veneza.

Outro ponto abordado pelo relatório é a questão dos 2000 milhões de toneladas de resíduos (das quais 20 milhões de substâncias perigosas) produzidas pela

actividade humana. Os autores defendem uma coordenação e uma cooperação dos esforços desenvolvidos para encontrar soluções a nível comunitário e sugerem a construção de incineradores que possam servir de zonas de recolha comuns.

(Fonte: Telex 12 - edição do Gabinete da Comissão das Comunidades Europeias)

PASSAPORTE ECOLÓGICO

Para um mercado único, um passaporte ecológico único. Os ministros dos Doze adoptaram um sistema europeu de atribuição de um rótulo ecológico, o qual revestirá a forma de uma "lei europeia" após adopção definitiva. Este rótulo recompensará os produtos que não degradem o ambiente durante todo o seu ciclo de vida desde a matéria-prima até à eliminação. Será atribuído por um período limitado – cerca de três anos – e em função dos critérios europeus pelo organismo nacional competente do país de fabrico ou de importação de produto, mediante a celebração de um contrato com a empresa em questão que fixará as condições de utilização do mesmo.

A Comissão publicará no *Jornal Oficial das Comunidades*, pelo menos uma vez por ano a lista dos produtos que tenham obtido o rótulo assim como a data de expiração do mesmo.

Esta fórmula não se aplicará nem aos produtos alimentares, nem às bebidas e medicamentos.

(Fonte: Objectivo 92 - Comissão das Comunidades Europeias)

CEE e desenvolvimento rural

Uma série de desenvolvimentos ocorridos na década de 80 contribuíram para a decisão de lançar e aplicar uma política de desenvolvimento rural a nível comunitário.

Iniciativas de política de desenvolvimento rural

A política de desenvolvimento rural da Comunidade está a ser aplicada através de uma série de instrumentos complementares.

Em 1988, a Comunidade concordou com a reforma do funcionamento dos seus fundos estruturais, ou seja, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo Social Europeu e a Secção Orientação do Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola. Estabeleceram-se uma série de objectivos prioritários para estes fundos e para o desenvolvimento rural, sendo os mais importantes:

- **Objectivo nº 1** – A promoção da adaptação estrutural nas regiões com atrasos de desenvolvimento. As despesas incluídas nesta rubrica concentram-se sobretudo em Estados-membros ou regiões específicas, determinadas com base em critérios socio-económicos.

A Comunidade acordou em planos de desenvolvimento com compromissos financeiros, denominados quadros comunitários de apoio, para as regiões do objectivo nº1. O total do financiamento atinge os 36,2 milhares de milhões de ecus para o período 1989-1993.

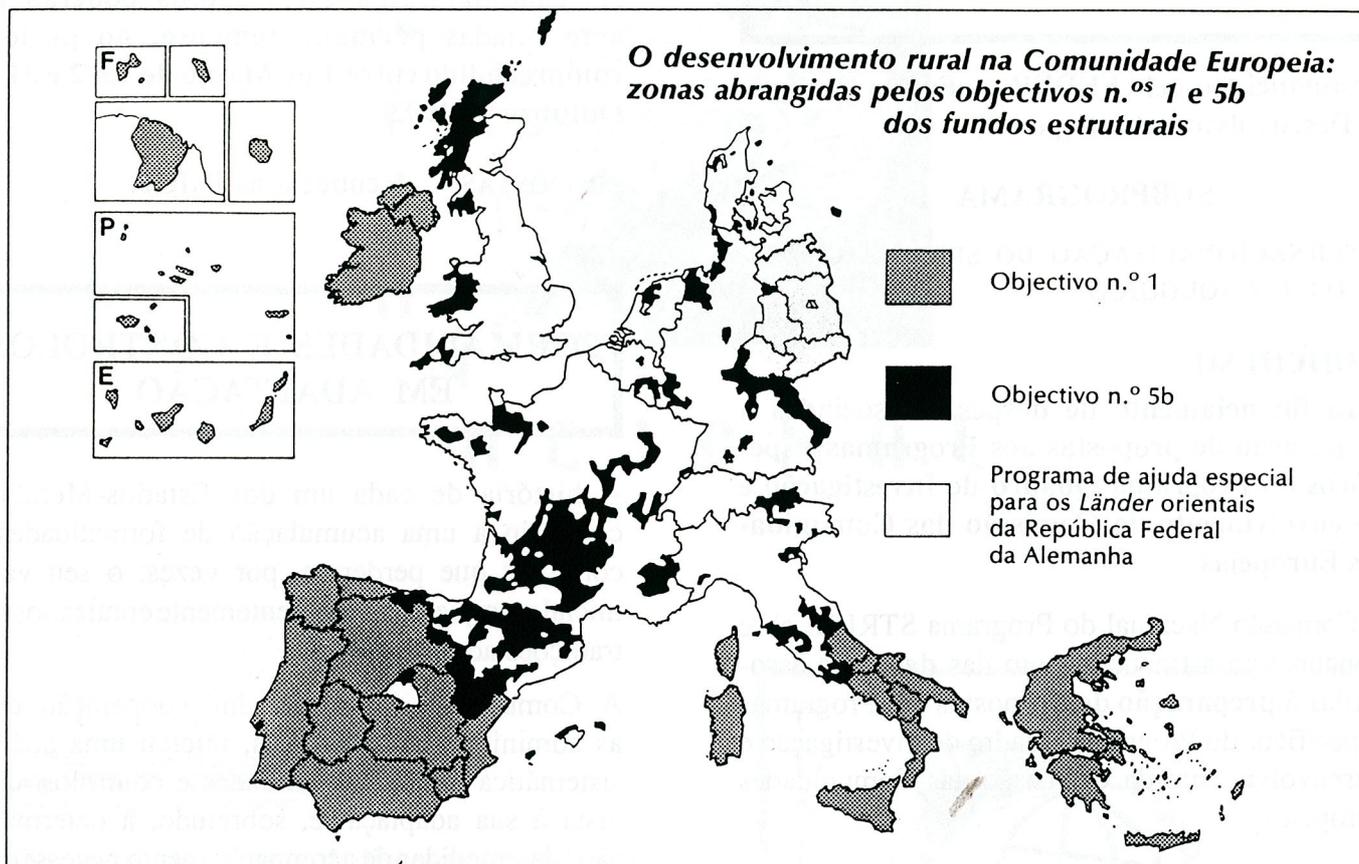
- **Objectivo nº 5b** – Incentivar o desenvolvimento das zonas rurais. Estas zonas tendem a ser mais pequenas e foram seleccionadas segundo critérios específicos relacionados com a percentagem de emprego e rendimento agrícola na produção regional, com o baixo nível dos rendimentos, os níveis de densidade demográfica, o grau de afastamento, as pressões ambientais, etc.

O financiamento destinado a cobrir o período 1989-1993, cifra-se num total de 2,6 milhares de milhões de ecus.

As zonas abrangidas pelos objectivos nº 1 e nº 5b são indicadas no mapa a seguir apresentado.

Os programas financiados no âmbito dos objectivos nº 1 e nº 5b pelos três fundos estruturais incluem medidas relacionadas com o desenvolvimento rural destinadas a fomentar:

- A diversificação da actividade agrícola e a promoção dos produtos típicos locais.
- A conservação dos recursos naturais e do ambiente por exemplo, através da manutenção de sistemas de exploração pecuária tradicional nas zonas de montanha, medidas destinadas a combater a erosão dos solos e a apoiar utilizações alternativas da terra, assim como novas propostas destinadas a proteger Habitats específicos de flora e de fauna e a proteger a água da poluição pelos nitratos.



- O incentivo às pequenas e médias empresas e ao desenvolvimento do turismo rural.
- A formação da mão-de-obra tanto na agricultura como noutros sectores.
- O melhoramento das infraestruturas básicas das zonas rurais.

O desenvolvimento rural - As próximas etapas

• Prémios para as acções ambientais.

A Comissão propôs alargar o apoio que presta às práticas agrícolas compatíveis com o ambiente através de três medidas.

- Pretende-se reduzir ainda mais, no futuro, o risco de poluição, desencorajando a utilização de fertilizantes e de produtos fitofarmacêuticos, como os pesticidas e os insecticidas. Prevê-se que este programa seja agora aplicado no conjunto da Comunidade e não apenas em determi-

nadas zonas consideradas sensíveis do ponto de vista do ambiente, como acontecia anteriormente.

- O actual sistema de ajudas para as zonas sensíveis do ponto de vista do ambiente deve ser alargado através da extensão de zonas de aplicação e da dilatação do âmbito das medidas habilitadas a receber apoio, a fim de incluir medidas destinadas a preservar a paisagem, por exemplo, a manutenção de muros de pedra, de sebes de separação e de outras características da paisagem.
- Dar-se-á assistência renovada aos agricultores que mantenham terras abandonadas em zonas de risco elevado devido a desastres naturais, tais como a erosão, inundações e incêndios.

Juntamente com as acções já em curso, estas iniciativas devem dar mais peso aos esforços da comunidade para criar uma nova dinâmica no mundo rural, através da **abordagem integrada do desenvolvimento rural**.

PROGRAMA STRIDE

(co-financiado pelo FEDER — Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional)

SUBPROGRAMA I

INTERNACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Concurso

Para financiamento de despesas associadas à preparação de propostas aos Programas Específicos do Programa Quadro de Investigação e Desenvolvimento da Comissão das Comunidades Europeias

A Comissão Nacional do Programa STRIDE abre Concurso para financiamento das **despesas associadas à preparação de propostas** aos Programas Específicos do Programa Quadro de Investigação e Desenvolvimento da Comissão das Comunidades Europeias.

DESTINATÁRIOS:

- Instituições de Ensino Superior
- Laboratórios de Estado e outros **Organismos Públicos**, especialmente vocacionados para actividades de I&D
- Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos, que tenham como objectivo principal as actividades de I&D
- Empresas

FINANCIAMENTO:

- São consideradas elegíveis despesas de **deslocação e aquisições de serviços**.
- Serão comparticipadas a 100% as despesas elegíveis até ao montante **máximo de 500 contos** por proposta.

INFORMAÇÕES:

Os pedidos de informações e formulários de candidatura podem ser solicitados a:

JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Av. D. Carlos I, 126-2º
1200 LISBOA

DIRECÇÃO-GERAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Av. D. Carlos I, 126-7º
1200 LISBOA

PERÍODO DE CONCURSO:

As candidaturas a estes apoios poderão ser apresentadas **permanentemente**, no período compreendido entre 1 de Março de 1992 e 31 de Outubro de 1993.

PROPOSTAS: A entregar na JNICT.

FORMALIDADES E CONTROLOS EM ADAPTAÇÃO

A história de cada um dos Estados-Membros conduziu a uma acumulação de formalidades e controlos que perderam, por vezes, o seu valor inicial mas que estão frequentemente enraizados nas tradições administrativas.

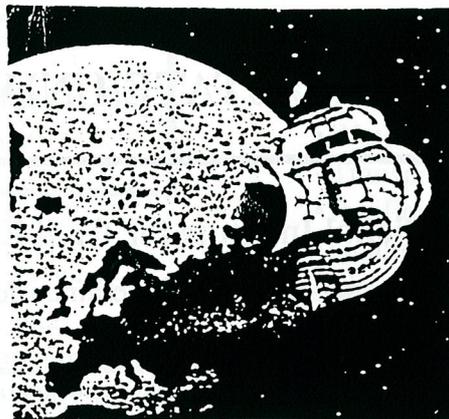
A Comunidade Europeia, em cooperação com as administrações nacionais, iniciou uma análise sistemática dessas formalidades e controlos, com vista à sua adaptação e, sobretudo, à determinação das medidas de acompanhamento necessárias. Com base na Comunicação da Comissão da C.E. ao Conselho e ao Parlamento "A Supressão dos Controlos nas Fronteiras"—COM (91) 549 de 1992.01.07, descrevem-se de seguida os controlos com sede ambiental e sanitária, que serão exercidos nas fronteiras e a data previsível para a sua supressão:

Controlos ambientais: Tendo em conta as medidas comunitárias existentes, todos os controlos associados à protecção das espécies devem poder ser suprimidos imediatamente. Em contrapartida, a supressão de controlo de resíduos e dos materiais nucleares radioactivos só se poderá no âmbito dos trabalhos de harmonização em curso.

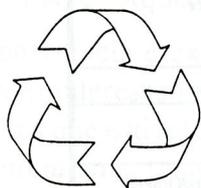
Controlos Sanitários: De entre os controlos exercidos nas fronteiras alguns devem poder ser suprimidos imediatamente, tendo em conta o nível comparável das regulamentações nacionais, que é o que se verifica em relação aos controlos exercidos sobre os produtos farmacêuticos e os produtos químicos.

(Texto elaborado com base na Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento – "À Supressão dos Controlos nas Fronteiras"—COM(91) 549 final de 7.1.1992)

I
N
T
E
R
N
A



A
C
I
O
N
A
L



SLUDGE 2000

“Sewage sludge use and disposal - Strategies plans and operational practice” - Conferência Internacional

Realizar-se-á a 14 e 15 de Setembro de 1992, em Cambridge, Inglaterra, uma conferência internacional organizada por:

- Anglian Water UK
- US Water Environmental Federation
- European Water Pollution Control Association
- UK Institution of Water and Environmental Management
- International Solid Waste Association
- Water Services Association”.

Para informações complementares contactar:

Conference Secretary, Angela Mac Dougall
C/o Anglian Waste Services, Lda
North Street
Oundle
Peterborough
PE 8 4AS
England
FAX: (0832) 276811 - Tel: (0832) 276000

Pode ser pedida ficha de inscrição no Secretariado da APRH.



Realiza-se de 14 a 18 de Junho de 1992, na Alemanha, uma Conferência Internacional que tratará dos Aspectos Técnicos das Mudanças Climáticas Globais - Impactos nos Ecosistemas Terrestres.

Os interessados em conhecer o programa detalhado poderão contactar a APRH ou obtê-lo junto da entidade organizadora.

Para inscrição poderá ser obtida ficha no Secretariado da APRH que depois de preenchida deverá ser enviada para o seguinte endereço:

Kay Russell
Elsevier Science Publishers
Conference Department
Mayfield House, 256 Banbury Road
Oxford OX2 7DH, UK
Tel. +44 (0)865 512242/Telefax +44 (0)865 310981

COLORADO STATE UNIVERSITY

-International Institute for Civil Engineering

Resumem-se no quadro seguinte os programas de educação contínua de curta duração, para profissionais da área Ambiental.

COURSE #	COURSE/ EVENT TITLE	START DATE	END DATE	TOPIC AREA	FEE US \$	COURSE DIRECTORS
9201	Operation, Maintenance and Rehabilitation of Dams	25-May-92	12-Jun-92	Geotechnical & Hydraulic Engineering	2175	Nelson/Ruff
9202	Water Treatment Plant Design	1-Jun-92	5-Jun-92	Environmental Engineering	895	Hendricks/Others
9203	Design of Water Quality Monitoring Networks	8-Jun-92	12-Jun-92	Environmental Engineering	895	Sanders/Others
9204	Computer Simulation & Design of Water Distribution Systems	15-Jun-92	16-Jun-92	Hydraulic Engineering	525	Gessler
9205	Platte River Tour (#1)	15-Jun-92	19-Jun-92	Hydraulic Engineering	1000	Skinner
9206	Environmental Law	15-Jun-92	15-Jun-92	Environmental Engineering	179	Hiller
9207	Hazardous Materials/Waste Manager Training Course	16-Jun-92	18-Jun-92	Environmental Engineering	350	Sanders/Others
9208	Activated Sludge Process Control	22-Jun-92	26-Jun-92	Environmental Engineering	695	Sanders/Others
9209	Application of GIS in Water Resources Engineering	6-Jul-92	17-Jul-92	Water Resources Planning & Management	1790	Johnson/Labadie
9210	Microcomputer Applications in Irrigation Data and Project Management	6-Jul-92	31-Jul-92	Water Resources Planning & Management	3625	Sheng
9211	Platte River Tour #2	13-Jul-92	17-Jul-92	Hydraulic Engineering	1000	Skinner
9212	Water Resources and Environment: Education, Training and Research Conf.	13 Jul 92	17 Jul 92	Water Resources Planning & Management	325	Colorado State University
9213	Hydrology for Environmental Protection	27-Jul-92	31-Jul-92	Hydrologic Science & Environmental Engineering	895	Yevjevich/Sanders
9214	Building Safety Evaluation and Damage Assessment Methodologies	27-Jul-92	31-Jul-92	Structural Engineering & Solid Mechanics	895	Siller/Oaks
9215	Managing Complex Water Resources Systems	27-Jul-92	31-Jul-92	Water Resources Planning & Management	895	Vlachos/Grigg
9216	Microcomputers in Water Resources Systems Management	3-Aug-92	14-Aug-92	Water Resources Planning & Management	1790	Labadie/Fontane
9217	Platte River Tour #3	10-Aug-92	14-Aug-92	Hydraulic Engineering	1000	Skinner
9218	Wind Effects on Buildings and Structures	17-Aug-92	21-Aug-92	Fluid Mechanics & Wind Engineering	895	Bienkiewicz/Cermak
9219	Paleohydrology	24-Aug-92	26-Aug-92	Hydrologic Science & Engineering	625	Wohl/Salas
9220	Statistical Analysis in Water Resources Engineering	2 weeks	45 hrs.	Hydrologic Science & Engineering	Contract Basis	Salas
9221	Simulation and Forecasting in Water Resources Engineering	2 weeks	45 hrs.	Hydrologic Science & Engineering	Contract Basis	Salas

CORRESPONDENCE:
 Janet Lee Montera (IICE)
 Civil Engineering Department
 Colorado State University
 Fort Collins, CO 80523, USA
 Telephone 303-491-7425
 Fax 303-491-7727

International Conference on "SEWAGE INTO 2000"

Realizar-se-á de 31 de Agosto a 4 de Setembro deste ano, a conferência acima enunciada, que terá lugar em Amesterdão, simultaneamente com a Exposição "Aquatech" "Sewage into 2000, developments and upgrading in sewerage and wastewater treatment", é uma conferência organizada pela International Association on Water Pollution Research and Control" (IAWPRC), em cooperação com a "European Water Pollution Control Association" (EWPCA) e "Aquatech".

A conferência e exposição oferecerão uma semana com interesse e altamente informativa, a todos aqueles que estiverem envolvidos nas áreas da drenagem urbana, tratamento de águas residuais, controlo da poluição hídrica, protecção ambiental e engenharia sanitária.

Os autores interessados poderão elaborar "posters", sobre os seguintes assuntos:

"Sewer Systems"

- Reduction of Wastewater Flows
- Reduction of Contaminant in Wastewater Flow
- Reduction of Impact of Combined Sewer OverFlows and Separate Outflows on Surface Water Quality
- Understanding of the Transport and Transformation Phenomena of Waste Carried by Sewer Systems
- Reduction and Handling of Sewer Sludge
- Dredging and Handling of Sludge near Sewer Outfalls
- Non Traditional Sewer Systems
- Treatment
- Improvement of Effluent Quality
- Removal of Nutrients
- Advanced Wastewater Treatment Techniques
- Reduction of Sludge Quantity
- Reduction and Treatment of Micro-Pollutants
- Advanced Sludge Management Techniques
- Centralized or Decentralized Treatment of Sewage and Sludge

Os resumos dos "posters" que deverão limitar-se ao máximo de 1000 palavras (2 páginas A4), serão publicados nos "proceedings" da conferência.

A 14ª exposição "Aquatech", que cobrirá os seguintes temas:

- Water Abstraction
- Transport and Storage of Water
- Purification
- Quality Monitoring
- Liquid Waste
- Hydrodynamic Engineering
- Environmental Engineering
- Related Research and Development
- Equipment

é a maior e mais especializada das bienais internacionais, exibida na Europa e que cobre todos os aspectos ligados à tecnologia da Água.

Para mais informação sobre a conferência contactar:
NVA/SIC Conference Secretariat (R.R.Kruize)
P.O. Box 40098 - 1009 BB Amsterdam
The Netherlands - Telephone: (+31)20-5999600

Informações sobre a Exposição "Aquatech" podem ser obtidas para:

Industrial Presentation (Europe) B.V.
Europaplein 8
1078 GZ Amsterdam
The Netherlands - Telephone: (+31)20-5491212
Fax: (+31)20-6464469 - Telex: 16017 RAIGE NL

Poderá ser obtida ficha de inscrição no Secretariado da APRH.



"5th International Gottenburg Symposium on Chemical Treatment"

Sob os auspícios da "European Water Pollution Control Association", terá lugar em Nice (França) de 28 a 30 de Setembro, o Simpósio Bienal de Gottenburg.

Os temas a debater na área dos "chemicals, chemical treatment and water quality control" serão:

- Floc formation
- Floc reparation
- Chemicals - dosing control
- Drinking water treatment
- Wastewater treatment
- Recent development in wastewater treatment"

A ficha de inscrição poderá ser obtida no Secretariado da APRH.

Actividades APRH

DO “PLANO DE ACTIVIDADES PARA 1992/93”

Na mira especial da CD vão estar:

2º Congresso da Água, Ciclo de Conferências APRH, Ciclo de Intervenção Crítica, Debates A NÍVEL EUROPEU COM A ADEQUADA ARTICULAÇÃO À CEE.

O “Programa de acção para 1992/93” da APRH, será divulgado brevemente após a sua aprovação pelo Conselho Geral. No entanto, para já, podem-se extrair dele, algumas daquelas que parecem constituir as linhas-mestras do Plano de Actividades para o biénio que agora se inicia, que serão, mesmo, em alguns casos, as suas grandes prioridades.

É apenas de harmonia com esse critério que o BI dá especial relevo nesta página, a algumas das ideias-força acentuadas no referido Plano.

Concretamente:

- Reforçar a acção da APRH;
- Mobilizar as capacidades nacionais na resolução dos problemas da água em Portugal;

- Articular de forma adequada as políticas de recursos hídricos e de ambiente nacionais, com aquelas da Comunidade Europeia

O reforço da acção da Associação passa pelo aumento do número de sócios, pela dinamização dos Núcleos Regionais, pela reformulação das Comissões Especializadas e ainda, pela promoção de formas que garantam o aumento das receitas, de molde a poder dotar a APRH de uma estrutura orgânica mais profissionalizante.

Para além da informação, mobilização e participação dos associados e, numa aposta de resolução dos problemas da Água em Portugal;

- manter-se-à o Ciclo de Intervenção Crítica;
- realizar-se-ão sessões técnico-científicas de nível europeu, com associações congéneres na Comunidade Europeia;
- dar-se-à início a uma nova actividade: o "Ciclo de Conferências APRH", com oradores de reconhecido mérito científico e técnico, na matéria;
- lançar-se-à a 2ª edição do Prémio Água e Progresso;
- realizar-se-ão acções de sensibilização e mobilização de técnicos, das populações, utilizadores da água e da opinião pública em geral;
- manter-se-ão as relações existentes e desenvolver-se-ão outras, com organismos da Administração Central, Regional e Local e, com Associações representativas da Sociedade Civil;
- Por último, incentivar-se-ão as relações internacionais com organismos congéneres, promovendo a troca de experiências e o desenvolvimento de actividades comuns.

Numa palavra:

Com este plano de actividades pretende a CD que a Associação continue a ser desejada e não apenas tolerada, pois só assim se grangeará o respeito que facilitará o caminho para atingir os seus objectivos.

As actividades articular-se-ão agora na direcção de alguns novos valores e objectivos, pois apesar do esforço de muitos, alguns deles não têm sido alcançados, muitas vezes por falta de meios mas, também pela incapacidade de conseguir impôr uma cultura indispensável de recursos hídricos, como é exigida pelos novos tempos, não permitindo hesitações, incertezas e inércia.

A cultura da APRH tem de ser uma cultura mais do "ser" que do "ter", ainda que isso acarrete, o que temos de assumir sem complexos, exigências na independência do pensamento e numa permanente atitude crítica.

Nesta ordem de ideias, e conhecidas que são as regras estatutárias da APRH, há que desenvolver toda uma estratégia de acção que permita atingir os objectivos fixados *à priori* indo no sentido da satisfação dos diversos interesses legalmente instituídos mas, ainda, desenvolver e marcar uma presença aos mais diversos níveis nacionais e internacionais.

Para isso impõe-se uma cultura de diálogo social que deverá abarcar todos os protagonistas, desde os sectores de administração até à sociedade civil nacional e internacional.

A presença da APRH e o seu desejo empenhado e comprovado para resolver os problemas dentro da sua esfera de actuação, tem de ser uma constante, e para que tal atitude possa ser credível, torna-se indispensável que todos os seus associados, com ou sem responsabilidade nos órgãos sociais, desenvolvam uma acção esclarecida, inovadora, sem dependência em relação a quaisquer outros interesses que não seja o interesse público nacional.

Terá de ser ancorada nestes valores que as funções da APRH (informação, formação, promoção e fomento de iniciativas que levem à cooperação entre os responsáveis pelos recursos hídricos, etc.) se deverão desenvolver, sendo seguro que tal atitude positiva não deixará de proporcionar à Associação o reconhecimento de uma nova cultura e de uma nova mentalidade e, em consequência, o reconhecimento da "sua utilidade e força social na gestão dos recursos hídricos nacionais".

A Vice-Presidente

Maria Luisa Gouveia

ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia reuniu em **12 de Março** nos termos do artº 39º de Estatuto da APRH e de acordo com o Regulamento do Processo Eleitoral da Mesa da Assembleia Geral, da Comissão Directiva e do Conselho Fiscal, para proceder ao acto eleitoral dos novos órgãos sociais para o biénio 1992-93 sob a presidência do Engº Costa Miranda. De acordo com

a ordem de trabalhos, a Assembleia Geral, reunida em sessão ordinária, aprovou o Relatório e Contas do exercício de 1991, a ela presente pela CD, após o parecer do Conselho Fiscal.

No dia **19 de Março**, o presidente da Mesa da Assembleia Geral, eng^o Costa Miranda concedeu posse aos órgãos sociais eleitos para o biénio que agora se inicia.

Na altura foi proferida uma alocução pelo eng^o João Paulo Cárcamo Lobo Ferreira, Presidente eleito (publicada na rúbrica ACTUAL deste BI), tendo igualmente sido proferidas algumas palavras pelos eng^{os} Costa Miranda - presidente da mesa eleita e João Bau - presidente cessante da APRH.

V SILUBESA

Realizou-se de 11 a 14 de Março p.p. o V Simpósio Luso - Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, promovido pela APRH e a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) e com o patrocínio da Câmara Municipal de Lisboa.

A Comissão Organizadora foi constituída por:

Eng^o João Bau (Presidente da APRH)

Eng^o Fernando Mafra Santos

Eng^o Leo Heller (ABES)

A sessão inaugural foi presidida por Sua Ex^a o Secretário de Estado do Ambiente Dr. António Taveira

O programa técnico abordou os seguintes temas:

Tema 1 - Sistemas de Abastecimento de Água: captação, adução, tratamento e distribuição;

Tema 2 - Sistemas de Esgotos Sanitários: Colecta, Tratamento e disposição final;

Tema 3 - Resíduos Sólidos;

Tema 4 - Tratamento de Efluentes Industriais;

Tema 5 - Tecnologias de Baixo Custo para Países em Desenvolvimento;

Tema 6 - Educação Sanitária e Treinamento em Engenharia Sanitária e Ambiental;

Tema 7 - Impactos Ambientais;

Tema 8 - Políticas e Problemas Institucionais no Âmbito da Engenharia Sanitária e Ambiental.

Durante o Simpósio realizaram-se as seguintes Mesas Redondas:

a) **"Principais Problemas com que se Defrontam os Serviços Técnicos dos Distribuidores de Água"**,

com a participação de:

- Eng^o Marcos Rocha Vianna (COPASA - Minas Gerais)

- Eng^o Wanderley da Silva Paganini (SABESP - São Paulo)

- Eng^o Nicolau Lopes (EPAL - Lisboa)

- Eng^o Salta (SMAS do Porto)

- Eng^o Adelino Silva Soares (APDA)

b) **"Resíduos Sólidos. Situação Actual e Perspectivas Futuras"**,

com a participação:

- Prof. João Tinôco Pereira Neto (Universidade de Viçosa - Minas Gerais)

- Prof. Jurandyr Povinnelli (Universidade de São Carlos - São Paulo)

- Eng^o José Metelo (Câmara Municipal de Lisboa)

- Eng^o Álvaro Costa (AMTRES - Cascais)

- Dr. Fernando Leite (LIPOR - Porto)

Esteve patente, igualmente uma exposição relacionada com os temas do Simpósio, que incluiu, nomeadamente, equipamentos, estudos e projectos, processos e tecnologias, produtos e bibliografia.

Foi, ainda, realizada no último dia do Simpósio uma Visita Técnica ao Museu da Água Manuel da Maia, o qual, em 1990 recebeu o "Prémio do Museu do Conselho da Europa".

Com a realização do V Silubesa, no qual participaram cerca de 454 congressistas, deu-se continuidade a um ciclo de reuniões, cujo objectivo é o de contribuir para a evolução dos conhecimentos no âmbito da engenharia sanitária e ambiental, promovendo o intercâmbio de experiências e informações técnicas entre Portugal e o Brasil.

DEBATE SOBRE “OS QUADROS TÉCNICOS E A POLÍTICA DO AMBIENTE

Realizou-se a 10 de Abril, em Lisboa, um encontro promovido pela Associação Portuguesa dos Engenheiros do Ambiente (APEA), Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH) e Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos (CQ), submetido ao tema em epígrafe.

Com esta iniciativa pretendeu-se debater o papel dos Quadros Técnicos e Científicos na definição e evolução das políticas de Ambiente e Desenvolvimento aos diversos níveis de administração, nas diversas áreas de intervenção e, ainda, enquanto elementos da própria sociedade civil, por forma a promover desses quadros e concorrentes com os objectivos do desenvolvimento sustentável.

A realização contou ainda com o apoio do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações.

Foram conferencistas convidados:

- Arq^a Helena Roseta
- Eng^o João Gonçalves (EDP)
- Eng^o Marques de Carvalho (Director-Geral do Gabinete de Protecção e Segurança Nuclear)
- Prof. Oliveira Fernandes (Vice-Reitor da Universidade do Porto)
- Eng^o Rui Godinho (Vereador da Câmara Municipal de Lisboa)

O total de participantes neste debate foi de 154.

COLÓQUIO-DEBATE SOBRE “TRAVESSIAS DO TEJO: QUE SOLUÇÕES?”

Realizou-se em Lisboa, no passado dia 14 de Abril, um Colóquio, com vista a proporcionar uma reflexão alargada sobre os parâmetros que deverão integrar o processo decisório da nova Travessia no Estuário do Tejo, promovendo simultaneamente uma análise das consequências previsíveis das diferentes alternativas até agora apresentadas, bem como das profundas implicações no ordenamento do território, no ambiente e no desenvolvimento de toda a Área Metropolitana de Lisboa.

Este Colóquio foi co-organizado por várias organizações: Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH), Associação Portuguesa dos Engenheiros do Ambiente (APEA), Associação dos Arquitectos Portuguesa (AAP) e Associação Portuguesa de Arquitectos Paisajistas (APAP).

O Eng^o Mário Lino Correia, Vice-Presidente da APRH, apresentou o tema do Encontro, tendo sido moderador da sessão o Eng^o Rui Gonçalves (APEA).

Foram conferencistas convidados:

- Dra. Regina Ferreira (Responsável pela área de transportes no Gabinete do Plano Regional do Ordenamento do Território da AML)
- Eng^o Almeida Fernandes (Prof. da Universidade de Évora)
- Prof. Eng^o José Manuel Viegas (Prof. do IST)
- Arq^o Leopoldo de Almeida (Consultor)

Ao Encontro estiveram presentes cerca de 120 participantes.

PUBLICAÇÕES

No âmbito da cooperação internacional entre a APRH, a AGHTM e a AFEE é possível o acesso privilegiado dos associados às publicações editadas por aquelas associações, bem como a outras publicações estrangeiras consideradas de interesse para os associados e fornecidas pelo mesmo editor.

As publicações poderão ser obtidas por solicitação ao secretariado da APRH, acompanhada de cheque do respectivo valor, com dedução de 10%, em escudos, ao câmbio do dia da encomenda.

DIVERSOS

- Business Ethics
A European Casebook
550 F
- La Technologie dans un Monde en Évolution
189 F
- Multinationals in the New Europe and Global
Trade
550 F
- L'Impératif Écologique
180 F
- L'Épuration Physico-Chimique des Eaux
367 F
- The European Community After 1992
700 F
- L'Investisseur Intelligent
247 F
- Théories de L'Organisation Personnes, Groupes,
Systèmes et Environnements
245 F
- Techniques de Gestion de la PME
155 F
- Diriger une PME
180 F
- Handbook of Industrial Engineering
1143 F
- Au Coeur du Changement: La Qualité
150 F
- Managing for Total Quality
850 F
- Du Microscope au Macroscopie
- Water Treatment Handbook
1318 F/US\$ 268
- Bases Biologiques et Écologiques de l'Aqua-
culture
490 F
- Aquaculture (2 volumes inseparáveis)
1300 F
- Risques Biologiques - Prévention en laboratoire
de recherche
170 F

- L'Ingénieur et le Droit
245 F
- Diriger Autrement
160 F
- Management Technologique
180 F
- Les Communautés Européennes
160 F
- The Treatment and Handling of Wastes
700 F
- Hazardous Waste Treatment Technologies
467 F
- Hétérogénéité de l'Écoulement des Eaux
Souterraines et Évaluation des Sites
200 F
- Integrated Design of Water Treatment Facilities
720 F
- Applied Groundwater Hydrology
1 000 F
- Upgrading Existing or Designing New Drinking
Water Treatment Facilities - Pollution Technol-
ogy Review, 198
607 F
- Dewatering Municipal Wastewater Sludges -
Pollution Technology Review, 202
467 F
- *In Situ* Treatment of Hazardous Waste-Contami-
nated Soils - Pollution Technology Review, 199
637 F
- Plastic Wastes - Management, Control, Recy-
cling, and Disposal -Pollution Technology Re-
view, 201
637 F
- Microbiological Analysis in Water Distribution
Networks - Sampling Strategies, Methods and
Computer Programs
600 F
- Industrial and Hazardous Waste Treatment
800 F
- Techniques for Environmentally Sound Water
Resources Development
663 F
- River Projects and Conservation - A manual for
holistic appraisal
963 F
- Diversity of Environmental Biogeochemistry -
- Developments in Geochemistry, 6
976 F
- New Technologies in Urban Drainage - UDT'91
1 001 F
- Guide de la Protection des Espaces Naturels et
Urbains
110 F
- Virologie des Milieux Hydriques
370 F
- Handbook of Surfactants
836 F
- Recent Developments in the Analysis of
Surfactants
798 F
- Advanced Materials: Cost Effectiveness, Qual-
ity Control, Health and Environment
1 135 F
- Risk Assessment for the Chemical Process In-
dustry
550 F
- The Chemistry of Polymers
246 F
- Europe 1992
179 F
- Les Voies d'Acces aux Biotechnologies dans la
CEE
2 972 F

1.º CONGRESSO DA ÁGUA

"O Estado da Água em Portugal"

Realizou-se no Centro de Congressos da AIP, em Lisboa, de 9 a 11 de Março último, o 1.º Congresso da Água "O Estado da Água em Portugal", em que estiveram presentes cerca de 700 participantes, número nunca atingido em alguma realização da Associação.

Tratou-se na verdade de um Congresso de grande envergadura e alto gabarito, no qual muito se empenhou a Comissão Directiva presidida pelo Eng.º João Bau.

Na impossibilidade de se incluir neste número do BI as conclusões tiradas no último dia do Congresso, e, por motivos alheios à edição deste Boletim, só no próximo número as mesmas serão publicados.

Publicamos de seguida, por considerarmos extremamente oportuno e digno de interesse os discursos do então presidente da APRH e de Sua Excelência o Ministro do Ambiente e Recursos Naturais e a mensagem que Sua Excelência o Presidente da República teve a amabilidade de enviar ao Congresso.

.....

DISCURSO DO ENG.º JOÃO BAU

1 - Inicia-se hoje o "1.º Congresso da Água", subordinado ao tema "O Estado da Água em Portugal".

Permitam-me que, em nome da Comissão Directiva da APRH, comece por deixar expresso o nosso agradecimento pelo facto do Senhor Presidente da República se ter feito representar nesta sessão e pela presença dos Senhores Ministros e Secretário de Estado, do representante do Senhor Presidente da CML e do presidente da ABES.

Queria ainda agradecer a presença de todas as personalidades convidadas para esta Sessão de Abertura, bem como deixar desde já expresso o nosso reconhecimento aos patrocinadores, a todos os que nos apoiaram nesta realização, e muito em especial, aos membros da Comissão Organizadora.

Quero também saudar os numerosos participantes, portugueses, brasileiros, dos PALOP's e da Comunidade Europeia. São bem-vindos ao nosso Congresso.

2 - Gostaria, agora, de vos apresentar a forma como este Congresso se inseriu na actividade da Associação no biênio que correspondeu ao mandato (prestes a findar) da actual Comissão Directiva.

Para nós, este 1.º Congresso da Água é uma realização de síntese desse biênio de trabalho.

De facto ao iniciarmos o nosso mandato definimos como eixos centrais da nossa actividade os três seguintes:

- O "Prémio Água e Progresso"
- O "Ciclo de Intervenção Crítica"
- O "1.º Congresso da Água" e suas reuniões preparatórias.

(Continua na pag. 14)